



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS I - CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

LUAN FERREIRA DA SILVA PAZ

**SOB O SIGNO DE 1930:
O PROCESSO ELEITORAL LOCAL FRENTE AO CENÁRIO NACIONAL -
MOGEIRO/PB**

**CAMPINA GRANDE - PB
2023**

LUAN FERREIRA DA SILVA PAZ

**SOB O SIGNO DE 1930:
O PROCESSO ELEITORAL LOCAL FRENTE AO CENÁRIO NACIONAL -
MOGEIRO/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade Estadual da Paraíba - Campus I, apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História, como cumprimento parcial aos requisitos à obtenção do título de graduado em Licenciatura plena em História.

Área de concentração: História local

Orientadora: Prof. Dra. Luíra Freire Monteiro.

**CAMPINA GRANDE - PB
2023**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano de trabalho.

S586s Paz, Luan Ferreira da Silva.

Sob o signo de 1930 [manuscrito] : o processo eleitoral local frente ao cenário nacional - Mogeiro/PB / Luan Ferreira da Silva Paz. - 2023.

60p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)-Universidade Estadual da Paraíba,Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Luíra Freire Monteiro, Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1.Revolução de 1930. 2.Política local.
3.Violência. 4.Mogeiro - Paraíba. I.Título

21.ed.CDD981.33

LUAN FERREIRA DA SILVA PAZ

**SOB O SIGNO DE 1930:
O PROCESSO ELEITORAL LOCAL FRENTE AO CENÁRIO NACIONAL -
MOGEIRO/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso(TCC) da Universidade Estadual da Paraíba - Campus I, apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História, como cumprimento aos requisitos à obtenção do título de graduado em Licenciatura plena em História.

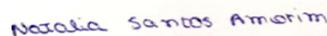
Área de concentração: História local.

Aprovada em: 02/06/2023.

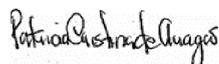
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Luíra Freire Monteiro (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Natalia Santos Amorim
SEECTPB



Profa. Dra. Patricia Cristina de Aragão
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha família e amigos, pelo
companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Costumo dizer que a seção de agradecimentos é a mais importante do trabalho (não reduzindo a importância das outras), pelo simples fato de agrupar todas aquelas pessoas que tiveram tamanha importância para que o trabalho ganhasse forma, seja no incentivo por meio de palavras para continuar com a pesquisa em momentos de desânimo, incentivo financeiro para a compra dos livros indicados e também nas palavras proferidas nos momentos de orientação conforme o trabalho ganhava forma.

Começo agradecendo a professora Adeilma Machado enquanto professora da escola Otávia Silveira em Mogeiro-PB, impossível esquecer do incentivo inicial que tenha me dado para adentrar em um curso superior, sobretudo no curso de história. O agradecimento nesse sentido surge não só do incentivo dado a mim, mas também pela contribuição à educação do município enquanto estive nele ocupando a função de professora.

Agradeço também aos amigos que fiz em comunidades do Facebook durante o período da graduação que do início até o fim da mesma se tornaram especiais, cito aqui Adão Lopes, Ezequias Ferreira, Hillary Andrade, João Victor Oliveira, Isaac Antunes, Luan Conceição, Lian Martins, Matheus Lima e Miguel Ribeiro.

Os agradecimentos também são direcionados aos colegas que fiz durante a graduação que ao longo da mesma, fomos nos ajudando e rindo de certas situações a qual tivemos que colocar o amor pelo curso em primeiro lugar em situações onde a dúvida sobre continuar ou não surgiu, tais como Ednaldo, Ellen Leonarda, Gabriel Lopes, Ligiane Sousa, Igor Cardoso e Raiany Arruda. Da mesma forma, agradeço rapidamente aqueles amigos que fiz pelos corredores, não irei citar nomes para não cometer a gafe e esquecer-se de alguém.

Da mesma forma, cabe aqui agradecer as pessoas que mais participaram da minha vida acadêmica ao longo da graduação e ao fim dela ganham um espaço também na minha vida pessoal (não que os citados anteriormente também não tenham ganhado esse espaço), mas esses últimos foram essenciais para que eu conseguisse chegar até aqui, meus sinceros agradecimentos a Clodoaldo Silvestre pela ajuda durante a graduação em certas ocasiões, e

também pelos conselhos em momentos críticos aonde eu cheguei a cogitar a desistência. A Juliana Fontes e a Mylena Magalhães, essas duas que já nos aproximamos quase na metade do curso, mas que ao fim dele já estávamos nos tratando como irmãos a ponto de fazermos o compartilhamento das preocupações acadêmicas e também as da vida.

Agradeço ainda a professora Luíra pelas orientações acertadas ao longo da construção desse trabalho, orientações essas que começaram a acontecer ainda durante a disciplina de Paraíba dois quando a idealização do mesmo ainda estava restrita aos sonhos. Obrigado pelos direcionamentos e pelo acolhimento da proposta de pesquisa, obrigado também pela apresentação da história da Paraíba, sem essa primeira aproximação este trabalho não teria se concretizado.

Agradeço também ao pessoal da Pró reitoria estudantil, sem o auxílio a mim concedido para a compra dos equipamentos durante a pandemia para o acompanhamento das aulas remotas este trabalho também não teria sido viabilizado, o auxílio foi direcionado para uso exclusivo para fins acadêmicos e assim foi feito.

Agradeço ainda aos novos amigos que fiz em Mogeiro durante a construção do trabalho enquanto ainda estava resolvendo a questão das fontes, destaco aqui Dona Débora Lira e Dona Maria José Ferreira (*in memoriam*) pelas conversas que tivemos nas visitas que fiz nas casas de ambas. Da mesma forma, direciono aos colegas historiadores que fiz neste percurso, em especial Alexandre e Flaviano, que me ajudaram em alguns pequenos momentos.

Da mesma forma, agradeço aquelas pessoas que são normalmente tratadas como invisíveis em nosso cotidiano em busca do conhecimento, principalmente quando moramos em cidade distante do campus, agradeço aqui aos motoristas do município de Mogeiro - PB e aos motoristas da cidade de Salgado de São Félix-PB pelas caronas quando os veículos da minha cidade não podiam se deslocar até Campina Grande-PB.

Também, não poderia esquecer do pessoal da coordenação do curso de história do campus 1 da Universidade Estadual da Paraíba pela presteza nos momentos quando precisei de auxílio. Destaco aqui os serviços prestados pelo secretário Emerson Melo, que muitas das vezes não hesitou em me ajudar, até mesmo em momentos quando estava fora do seu horário de trabalho.

Por fim, não poderia deixar de agradecer as contribuições que os professores deram durante o processo de formação em toda a graduação, as contribuições dadas até aqui foram de grande valia.

“Parti de minha experiência como praticante desse espaço. Como vivente dele. E como pesquisador que quer compartilhar o pouco que aprendeu de seu lugar. [...] É também um exercício de afeto pelo saber metódico do historiador”.

Muirakytan K. de Macêdo

RESUMO

O presente trabalho versará sobre como se comportou a política local em Mogeiro -PB e outros aspectos que se fizeram presentes durante o processo de eleição presidencial de 1930 na localidade mediante presença de mecanismos característicos da República Velha, de modo a destacar esses elementos que deram a tônica neste processo, seguido ainda, demonstrar a posição da Paraíba neste processo. Ainda, fazer uma aproximação para os partidos e nomes que estavam fazendo parte deste cenário de divergências e conflitos em Mogeiro - PB no mesmo ano, pois vão constituir o cenário de violência durante o processo e resultando em outras disposições gerais. O objetivo geral é evidenciar o cenário político que se estabelecia na conjuntura local em 1930, para compreender/iluminar de que modo esta resultou no episódio de violência política ocorrido na localidade no mesmo ano e de que modo esse moldou as relações tecidas após o mesmo no distrito de Mogeiro - PB. A metodologia adotada consiste na leitura na literatura pertinente sobre a temática, tais como (AGUIAR, 2005), (FAUSTO, 1979), (GURJÃO, 1994), (LEWIN, 1993), (MARTINS, 1981) e (MELLO, 1995). Soma - se ainda a pesquisa em acervos jornalísticos, a exemplo Jornal *A União* e *A Província*. Ao final, o referido trabalho nos permitiu compreender as dimensões que as rupturas surgidas em 1930 atingiram dentro de Mogeiro - PB, ao passo que a cidade se viu imersa em constante conflito armado em decorrência do pleito presidencial que ocorria naquele mesmo ano.

Palavras-Chave: Revolução de 1930; Política local; Violência; Mogeiro – Paraíba.

ABSTRACT

The present work will deal with how local politics behaved in Mogéiro - PB and other aspects that were present during the 1930 presidential election process in the locality through the presence of characteristic mechanisms of the Old Republic, in order to highlight those elements that gave the tonic in this process, followed still by demonstrating Paraíba's position in this process. Also, make an approximation to the parties and names that were part of this scenario of disagreements and conflicts in Mogéiro - PB in the same year, as they will constitute the scenario of violence during the process and resulting in other general provisions. The general objective is to highlight the political scenario that was established in the local conjuncture in 1930, to understand/illuminate how this resulted in the episode of political violence that occurred in the locality in the same year and how this came to shape the relationships woven after the even in the district of Mogéiro - PB. The methodology adopted consists of reading the relevant literature on the subject, such as (AGUIAR, 2005), (FAUSTO, 1979), (GURJÃO, 1994), (LEWIN, 1993), (MARTINS, 1981) and (MELLO, 1995). There is also research in journalistic archives, such as *Jornal A União* and *A Provincial*. In the end, this work allowed us to understand the dimensions that the ruptures that emerged in 1930 reached within Mogéiro - PB, while the city was immersed in constant armed conflict as a result of the presidential election that took place that same year.

Keywords: Revolution of 1930; Local policy; Violence; Mogéiro – Paraíba.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PD - Partido Democrático

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PRP - Partido Republicano Paulista

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. CONJUNTURA POLÍTICA E SOCIAL REPUBLICANA 1889 - 1930.....	16
2.1 A dinâmica ao nível de Brasil.....	17
2.2 A situação da Paraíba.....	22
3. AS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS DE 1930.....	26
3.1. João Pessoa como ator político nacional.....	27
4. MOGEIRO: PALCO POLÍTICO DO INTERIOR DA PARAÍBA EM 1930.....	33
4.1 O ambiente político mogeirense de 1930.....	34
5. RELATOS DE UM PROCESSO ELEITORAL LOCAL.....	42
5.1 As agitações que marcaram o período de campanha.....	43
5.2 O caso de Mogeiro: a consumação do conflito.....	47
5.3 Do local para o geral: consequências e repercussão.....	50
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	60

1. INTRODUÇÃO

A história local tem demonstrando sua importância ao passo que aqueles pesquisadores que se debruçam sobre a mesma, trazem à luz novos episódios, personagens que certamente não teriam tanta relevância para a história nacional. Ao mesmo tempo, em que se distancia da história nacional, as pesquisas em história local permitem aos indivíduos de determinado lugar que tenham o sentimento de pertencimento, sobretudo, contribui para que estes mesmos indivíduos consigam desenvolver competência para separar aquilo que foi passado e aquilo que está a sua volta no futuro. Uma vez que tal competência se mostra essencial para que estes consigam se tornar seres críticos mediante sua realidade social, e, além disso, passem a compreender o processo de construção de sua identidade e as relações sociais estabelecidas à volta dos sujeitos.

Importância essa que tem seu exemplo, na prática quando voltamos nossos estudos para o período da Primeira República, uma vez que todo o país estava sob o domínio das oligarquias. Mas com a história local, o leque de possibilidades se abre, uma vez que a investigação permite identificar como as cidades estavam se comportando mediante este momento de ebulição política, econômica e social, considerando a especificidade de cada qual.

A crise econômica que acabou se instaurando acabou dando impulso para que os desacreditados na dinâmica política da época adentrassem a movimentos de oposição, a exemplo aqueles que participaram ativamente para a consolidação da revolução de 1930. Fazendo parte desse movimento, coube a Paraíba a lidar com as investidas contra o estado que iriam surgir incentivadas pelo poder central como forma de represálias, tanto externas quanto internas, a exemplo em Mogeiro - PB, onde a liderança organizou oposição a situação local e estadual, de modo a adiantar a votação para o pleito presidencial no lugar em um dia, resultando em um conflito armado e outras providências.

A partir disso, o objetivo principal deste trabalho se consolida no intuito de estudar e ampliar as discussões sobre a República Velha e aspectos característicos da mesma, e mais especificamente tratar sobre o episódio que movimentou a política de Mogeiro - PB ao ano de 1930, onde as eleições presidenciais desse mesmo ano seriam adiantadas em um dia, sendo a atitude o resultado das divergências políticas e que teria como fim a violência e outras providências. A

respeito desse ponto específico a qual o trabalho propõe, serão postos em discussão aspectos relevantes quando considerada a literatura, do mesmo modo outros aspectos pertinentes que surgiram ao longo da pesquisa feita em periódicos.

Desse modo, a seguinte pesquisa partirá de um cenário mais amplo sobre a constituição do cenário brasileiro nas primeiras décadas da República Velha, para se compreender a situação da Paraíba e permitir uma ligação com o caso de Mogeiro, episódio assim denominado pela imprensa da época. Ainda que o interesse para construir este trabalho parta da compreensão sobre a importância e necessidade de novas possibilidades de pesquisas sobre a história política de Mogeiro - PB durante a Primeira República, tendo em vista que os trabalhos produzidos sobre este aspecto privilegiam a sua história política mais recente, ainda, possibilitando interligação com a história da Paraíba tendo em vista que o episódio destacado no estudo sempre fora tratado como algo isolado a política local.

Assim, problematizamos este episódio, fazendo a seguinte indagação, pretendendo respondê-la ao longo deste texto: como o andamento do pleito eleitoral de 1930 ao nível nacional impactou o andamento do mesmo dentro do distrito de Mogeiro - PB naquele mesmo ano.

No sentido de dar um norte às nossas pretensões, objetivamos analisar as eleições de 1930 no então distrito de Mogeiro – PB, considerando a conjuntura nacional e as inter-relações ocorridas, que resultaram num cenário de violência política.

As informações e dados dispostos ao longo do texto provem da pesquisa em jornais da época, que nos serviram como fontes imprescindíveis para compreender um período nebuloso e ainda não estudado no contexto da história da Paraíba. As respostas à problematização apresentada provem, também, de rigorosa busca por fontes secundárias esparsas, somadas a algumas informações pertinentes retiradas de estudos correlatos, que passaram a compor nosso universo de pesquisa, tais como (AGUIAR, 2005), (FAUSTO, 1979), (GURJÃO, 1994), (LEWIN, 1993), (MARTINS, 1981) e (MELLO, 1995). A escolha desses autores em específico para o embasamento teórico do mesmo trabalho se deu em virtude da relevância dos mesmos através das inúmeras contribuições para os estudos da temática.

No primeiro capítulo, cujo título **conjuntura política e social republicana 1889 – 1930** apresentamos o contexto político e social brasileiro, assim como o da Paraíba na Primeira República, cuja discussão trata sobre aspectos como o

funcionamento das eleições, as formas de governabilidade e a situação a qual o povo ficava exposto até meados do ano de 1930.

No segundo capítulo, sob o título **as eleições majoritárias de 1930**, o foco será a discussão a respeito de como se estabeleceu a situação e oposição que disputaria o pleito eleitoral neste mesmo ano, tendo em vista as alianças que começaram a ser costuradas e também aquelas que tiveram seus fins declarados, ainda, visto que esse cenário foi favorável às disputas que iriam se materializar em forma de violência e outros mecanismos característicos da República Velha, a exemplo as fraudes eleitorais.

No terceiro capítulo, denominado **Mogeirol palco político do interior da Paraíba em 1930**, a discussão se volta para o contexto político a qual Mogeirol - PB estava imerso, tendo em vista que a sua política naquele ano estava em constante ebulição, tendo em vista os aspectos que contribuíram para o desenrolar do pleito presidencial daquele mesmo ano. Desse modo, demonstrando como funcionava a política local, contemplando nomes e partidos envolvidos, e quais as ligações regionais possíveis a qual se estabeleciam naquele ano.

No quarto e agora último capítulo, cujo título, **relatos de um processo eleitoral local**, demonstraremos como se comportou Mogeirol - PB diante do pleito eleitoral realizado em 1930 desde os acontecimentos que marcaram o período de, bem como se organizaram os envolvidos diante do episódio que ocorreu ao dia 28 de fevereiro do mesmo ano, ainda que este movimento se faça necessário para melhor compreendermos o andamento das coisas na localidade até suas disposições finais, ainda, pela necessidade de se frisar aspectos pouco explorados pela historiografia e que se fizeram presentes apenas na pesquisa em jornais.

Por fim, surgindo como o objetivo que levou a construção desse trabalho, espera-se que o mesmo surja no campo historiográfico com o intuito de contribuir com os estudos sobre a história política de Mogeirol - PB, não se limitando a perspectiva local, mas fazendo links com a historiografia paraibana e nacional num sentido mais amplo.

2. CONJUNTURA POLÍTICA E SOCIAL REPUBLICANA 1889 – 1930

A implantação do sistema republicano no Brasil tinha como principal bandeira a descentralização do poder, considerado por muitos como excessivo e asfixiante das dinâmicas políticas locais. Urgia que se acabassem os gabinetes monárquicos, para onde eram levadas as mezinhas questões paroquiais, e que mantinham debaixo da mão pesada do primeiro escalão do império as demandas e necessidades das mais distantes vilas do território nacional.

A despeito de a cultura monárquica datar de séculos no Brasil, aos poucos foi se alastrando entre as elites desses rincões a possibilidade de auferirem maior poder, dentro do escopo regional e local, o que impediu um levante popular quando instituído o golpe militar de 1889. A emergência das elites locais e o empoderamento das oligarquias foram decisivos para a manutenção da ordem pública, que assistiu impassível a derrubada do império e sua substituição por um novo regime que se destacou, desde a origem, pela multiplicação dos cargos públicos e por seu gerenciamento e distribuição pelas elites locais. Do pároco à professora, do juiz ao jornalista, fazia-se necessário a indicação política, distanciada de qualquer mérito, para assumir o cargo público desejado.

Essa forma de “fazer política”, pautada na interligação entre o nacional e o local e fortalecida pelas trocas de favores, deu margem ao fortalecimento de alguns vícios que são característicos desse período que, na historiografia, ficou conhecido como “República Velha”. Nesse cenário instituído pelo federalismo republicano, o que prevalecia eram os interesses entre os poderes dominantes que estavam em um lugar privilegiado da estrutura hierárquica, e tal dinâmica política se sustentava pela “Política de Governadores” onde as relações sociais estabelecidas com aqueles localizados em uma posição inferior se davam por meio de favores de diferentes naturezas.

Destacava-se, assim, o predomínio das lideranças locais, materializadas na imagem do coronel, e ao nível estadual, as oligarquias eram quem estabeleciam a ordem das coisas. Esta dinâmica política era realizada a partir de uma prática clientelista, totalmente difundida e predominante em diferentes setores da sociedade, que prevaleceu entre os anos de 1889 a 1930, cuja peça central dessa dinâmica era o “coronel”.

2.1 A dinâmica ao nível de Brasil

O Dicionário Aurélio lança a seguinte terminação sobre o personagem que demarca o poder local no Brasil, no século XIX, o coronel:

s.m. Oficial superior do exército cuja graduação é imediatamente inferior à de general-de-brigada. (Compete-lhe teoricamente o comando de um regimento.) / Bras. Chefe político ou latifundiário do interior do país. / Bras. Pop. Homem, geralmente dotado de posses, que se encarrega do sustento de sua amante. (FERREIRA, 2010, p.187)

Ainda que essa demonstração de poder por lideranças locais seja algo que tenha se arrastado desde o império já no período de criação da Guarda Nacional em um momento de instabilidade política, e que vai surgir na mesma velocidade que as forças políticas já lançavam mão de estratégias para desmontar o exército regular, cuja formação vai ser palco de disputa entre lideranças locais que em sua maioria eram fazendeiros em busca de privilégios e poder a qual um cargo dentro dessa nova instituição garantia, nessa conjuntura então se materializa o predomínio dos coronéis tendo em vista o desejo de estabelecer um domínio local, desejo que surge a partir de pedidos de autonomia e faz com que ganhe força a criação da instituição ainda durante a regência, em um momento onde prevalecia a centralização do poder.

Nessa perspectiva, SOUSA MARTINS (1981) nos mostra que os coronéis poderiam se dedicar aos serviços de suas terras e, ao mesmo tempo, tratarem da comercialização dos produtos agrícolas dos residentes de determinada localidade. Mas que suas atividades não se resumiam em comercializar produtos agrícolas, a sua atividade comercial ainda contemplava plena atividade com outros gêneros. Atividade esta que deixava os pequenos comerciantes de determinada região a depender da autoridade do coronel, pois esses últimos dominavam as relações no campo econômico e político, sendo ainda atribuídas aos mesmos “prerrogativas do tipo protetor dos amigos, perseguidor de desafetos, valente, galanteador, manipulador eleitoral, intemorato frente à polícia”. (RODRIGUES, 2007, p. 94).

As contribuições nesse sentido ainda surgem com SOUZA (1976, p. 163):

O termo oligarquia, em seu sentido etimológico, significa que a autoridade se concentra nas mãos de poucas pessoas, podendo estas pertencerem ao mesmo partido, classe social ou família. No caso brasileiro, o sistema oligárquico se fundamentou na estrutura familiar e na classe dos proprietários de terra. Suas raízes se encontram no Brasil colônia, com a

força do núcleo familiar detentor de grandes extensões de terra e exercendo inúmeros cargos administrativos. Com a formação do Estado Nacional, esses núcleos familiares passaram a merecer a denominação de oligarquias, apesar das tentativas do Estado centralizador de reduzi-las o poder regional através da indicação pessoas, pelo Imperador, dos Presidentes de Províncias. Porém, na maioria das vezes, estes se vinculam aos chefes políticos locais.

Sendo assim, FERREIRA (1993) reforça esse cenário característico da Primeira República, cujas relações políticas giravam em torno das oligarquias, onde a engrenagem política andava a passos largos em torno dos grupos dominantes e que ganhava um ar particular à medida que envolvia grupos familiares.

Ainda que, esses laços familiares fossem fortalecidos próximo de pleitos eleitorais, onde o coronel cuja influência fazia com que mesmo tivesse aproximação junto às autoridades políticas no topo da hierarquia em termos de poder, o comprometimento na busca por votos era algo que envolvia todo o seu núcleo familiar. Isso quando o próprio coronel não decidia se aventurar em cargos políticos, então assim, este ficava apenas a cargo de indicar um de seus familiares para ocupar cargos nas diversas esferas no setor público. De modo que, “As vezes que se fizessem ouvir no sentido de oposição a esse estado das coisas, calavam-se sob o julgo feroz dos que dispunham do poder” (COSTA, 2007, p. 17).

Esta situação foi fortalecida tendo em vista a prevalência do sistema de voto aberto até as primeiras décadas do século XX, fazendo com que fossem as interferências nos resultados das eleições por parte do chefe local, pois o panorama que se consolidou no Brasil era um país onde “a fraude eleitoral existia em larga escala na Primeira República, é lógico que a violência prevalecia amplamente nos processos eleitorais da Primeira República” (FAUSTO, 1979, p. 124). Somando estes fatores, ainda tínhamos o fato que aqueles eleitores não tinham a real noção de quem iria cumprir com as funções designadas para cada cargo a qual os políticos haviam sido eleitos, estando arquitetando tudo pelos bastidores, o coronel pela sua habilidade política em se articular em diversos setores.

Todo o Brasil estava imerso nesse cenário nos primeiros anos da República, onde os comandos das oligarquias se faziam maior que qualquer instituição, sempre apoiados na vantagem econômica que detinham. É importante frisar que ainda tinham nomes que tinham destaque não só dentro dos limites de sua oligarquia em um estado, mas também ao nível nacional, tendo em vista os muitos cargos que ocupavam, a exemplo Epitácio Pessoa e Getúlio Vargas.

Sobre esse aspecto, as contribuições de SOUSA MARTINS (1981) vão em direção de que:

O eleitorado de um coronel ou de chefe político como constituído pelos seus clientes. (...) o clientelismo político, a patronagem tinham basicamente raízes na clientela econômica. (SOUSA MARTINS, 1981, pp. 46-47).

Ou seja, a população de determinada localidade se via na obrigação de depositar seu voto no candidato apoiado pelo coronel local ou até mesmo no próprio quando este lançava seu nome ao cargo de sua pretensão, tendo em vista que cada um ficava responsável por angariar votos nos limites do reduto eleitoral a qual o pertencia, esforço que poderia surgir tanto pela troca fornecendo emprego em suas propriedades, como também recorrendo à violência e práticas fraudulentas, estas últimas tão recorrentes no período. Pois, no período “as eleições municipais tornaram-se momentos de grande tensão social, de modo que a violência física e as diversas formas de fraudes tornaram-se elementos corriqueiros da disputa eleitoral”. (CARREGOSA, 2015, p. 146).

Essa materialização da influência dos coronéis e do estado oligárquico tinha a sua frente as oligarquias mineira e paulista, uma vez que o que prevalecia entre ambas eram os acordos traçados por intermédio da "Política do Café com Leite". Acordos estes que surgiam no sentido de, por exemplo, garantir que ambas ficassem revezando as indicações de novos para ocupar cargos ao nível federal, revezamento este possibilitado entre ambas tendo em vista o maior destaque econômico entre as mesmas, a exemplo o estado de São Paulo pelo destaque em suas inúmeras toneladas de café produzidas. Consequentemente, gerava impacto na economia brasileira como todo, além de claro, tinha também o impacto no processo eleitoral, sobre este âmbito se destacava Minas Gerais à época, fazendo então com que o mesmo estado se destacasse entre os demais, este mesmo impacto eleitoral era sentido, pois um dos aspectos do estado era que este mesmo possuía o maior contingente apto a votar.

Ainda que essa caracterização das relações meio as oligarquias eram baseadas estritamente pelo poder, principalmente quando se observa as pequenas cidades interioranas cuja paisagem rural se faz predominante, onde se tinham os senhores de terras. É importante frisar que poder econômico gerava também poder em outras circunstâncias e restrito apenas a poucos, onde os “vícios arraigados e violência tinha seu componente econômico, caracterizado por questões de natureza

fiscal e financeira, vinculadas a interesse dos coronéis do interior” (MELO, 2003, p. 13). Assim, estes senhores acabavam transformando políticas públicas em moeda de troca, troca esta que girava em torno dos políticos, a predominância dos coronéis e neste meio o povo. Bastando apenas aprofundar um pouco mais nos estudos sobre o período para compreender quem mais acabava tendo perdas perdendo nesse jogo de interesses era o próprio povo.

Além disso, este destaque econômico para o estado de São Paulo não retirava do Brasil o fardo de seguir um sistema agroexportador um tanto quanto fragilizado, somado ainda a falta de inovação empreendedora por parte dos grandes senhores de terras. Posição que ia totalmente contra as ações tomadas em outras nações do mundo que iam à direção da industrialização e pensando em ações para fortalecer seus mercados. O resultado dessa falta de ações internas fez com que estes mesmos senhores produtores de café ficassem a depender das turbulências do mercado Internacional, ainda que essa crise “determinada pelo colapso de 1929 não atingia apenas o café. Comprometia igualmente a produção industrial que também cairá” (JOFFILY, 1979, p. 137).

Ainda que seja válido salientar que tal instabilidade econômica que atingia a economia interna frequentemente no início do século XX justamente pela crise que marcava o capitalismo ao nível mundial, justamente por esta dependência que girava em torno da expectativa sobre o consumo de itens de origem agrícola produzidos aqui que tendia a ser algo mutável. Isso, em resumo, era de que se tudo lá fora estivesse nos conformes, internamente, as coisas faziam o mesmo acompanhamento, o problema era que quando não ia bem à companhia era a mesma, só que agora negativamente.

Sobre a crise de 1929 e seus reflexos internos, Caio Prado Júnior lança as seguintes contribuições sobre tal dependência

Terminada a guerra, o café terá, graças ao restabelecimento da normalidade na Europa e o grande surto de atividades econômicas que o acompanham, um novo período de prosperidade. O consumo mundial se alarga, os preços sobem. Ocorrerá apenas uma pequena crise, reflexo das dificuldades financeiras que abalam a Europa em 1921. Mas logo depois se restabelece o curso ascendente. A produção é estimulada, para o que concorre, sobretudo, o boom financeiro do após guerra, que se refletirá no Brasil com a intensificação geral de seus negócios [...] o desenlace fatal virá com o craque da bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929. O curso do café não resistirá ao abalo sofrido em todo mundo financeiro, e declinará bruscamente de 30%. A queda ainda será depois mais acentuada. Ao mesmo tempo estanca-se o crédito externo e suspende-se o financiamento

do café retido [...] o resto da historia não será mais que a liquidação da massa falida deixada pela aventura valorizadora. Mas ela entra num quadro muito mais amplo que é o da crise de todo o sistema econômico do Brasil (PRADO JUNIOR, 1994, pp. 233-235).

O resultado desta crise que eclode em 1929 será o impacto negativo que a mesma irá provocar no seio das oligarquias, sendo a que mais sentirá seus reflexos será a paulista tendo em vista o cenário caótico no âmbito político e agora tendo uma economia estremecida, se sentindo agora obrigada a tentar ajuda na esfera federal onde está foi prontamente negada, situação desconfortável que “vai provocar serio desajustes no nível estadual e no nível da federação, entre Julio Prestes, que era presidente de São Paulo e o Presidente Washington Luis” (FAUSTO, 1979, p. 128).

Além disso, teríamos ainda as mudanças estruturais ocorridas no Brasil, nota-se que é agora onde teremos a eclosão e a formação dos novos e agora grandes centros urbanos e com isso vão surgindo também novos atores sociais. Período onde teremos uma crescente expansão industrial principalmente em cidades com título de capital, expansão que eclode lado a lado dos problemas característico das cidades em crescimento é que estão se urbanizando, dinâmica que vai ser “provocada menos pela atratividade da cidade do que pela evasão da população rural”. (RIBEIRO, 1995, p. 199). Teremos ainda, o fato que vai ocorrer uma migração massiva para esses grandes centros “que é um fenômeno que começa a surgir na década de 20, de alguma maneira, provocará um desajuste de sustentação de algumas bases coronelísticas do interior”. (FAUSTO, 1979, p. 125).

Sendo que esse processo de migração ainda deixa algumas lacunas no sentido de que, esses grandes centros não conseguiam suprir toda a demanda camponesa que chegava até elas, agora isso tanto em termos de oferta de trabalho na indústria quanto na sua estrutura como todo. Mas de forma alguma esses desafios foram suficientes para que a classe operária ganhasse consistência e parasse de crescer gradativamente, como também, não impediu que outras classes ganhassem mais solidez dentro destes centros urbanos que agora estavam em processo de desenvolvimento, como, por exemplo, integrantes da burguesia industrial e as classes médias que se formavam ao mesmo tempo.

O que teríamos agora seria este surgimento de novos setores da sociedade onde alguns tratavam de concentrar suas reivindicações nos seus respectivos sindicatos, tudo isso para que as decisões políticas tivessem uma maior participação

de todos os setores da sociedade, tendo em vista que antes as decisões desse tipo eram restritas àqueles que possuíam lotes terras e outros bens.

Funda-se em 1922, o PCB (Partido Comunista Brasileiro); da classe operaria emergente surge o BOC (Bloco Operário e Camponês) manifestando-se ambas as facções através de greves; as elites descontentes lançam, em 1926, o partido democrático, tudo isto denotando que alguns setores da classe média, pequenos proprietários de terras aliados do governo e jovens oficiais do exército, movimento denominado tenentismo, não mais aceitavam um administração voltada aos interesses dos fazendeiros de café (MOREIRA PINTO, 2001, p. 2).

Então assim, a partir deste surgimento dos novos setores junto das concepções trazidas consigo, bem como uma maior participação ativa na política por parte dos mesmos, é que as primeiras rupturas começam a ser sentidas na dita “República Velha”. O que teríamos nesse sentido seriam as movimentações junto das expectativas em decorrência do pleito eleitoral que seria realizado em 1930.

Esses cenários de mudanças na sociedade bem como as insatisfações fazem com que os movimentos políticos ganhem mais força, principalmente quando o enfoque é voltado para a ala das forças armadas, sendo que dentro da mesma vai ganhar maiores proporções o tenentismo que nada mais era um grupo reivindicador que ia à contramão da estrutura vigente na Primeira República onde os maiores beneficiários eram os oligarcas. Assim como também, as insatisfações vão surgir no campo das artes, pois agora o culto a símbolos nacionais tomariam conta da semana de arte moderna, da mesma forma no campo político com a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), esse em favor dos camponeses em uma estrutura onde o único esforço era em favor dos grandes proprietários de terras, ainda que esses movimentos tivessem como pressuposto em comum estabelecer uma integração entre todos os setores da sociedade brasileira no tocante à defesa de símbolos nacionalistas onde sempre acabavam enfatizando a igualdade entre esses setores.

2.2 A situação da Paraíba

O estado da Paraíba durante o período da República Velha esteve sob o comando das oligarquias que se estabeleciam no mesmo, entre as quais as comandadas por Venâncio Neiva, Álvaro Machado e Epiácio Pessoa. Característico do período, as mesmas se estruturam em cima de vícios como o clientelismo e a perseguição política, ao passo que as alianças eram estabelecidas e posteriormente

rompidas em virtude das desavenças entre os grupos familiares dominantes. Fator que define o fim da oligarquia Venancista com quase 30 anos de duração, depois a Alvarista, mais jovem com quase 20 anos e em seguida a Epitacista, essa que em decorrência do seu líder, estabeleceu consistentes laços com o governo Central que vai se materializar nos cargos que esse ocupou no mesmo e mesmo distante do seu estado, ditava as movimentações da política local e sempre exercia voto de minerva sobre as decisões a serem seguidas por seus correligionários.

Ao mesmo tempo, a Paraíba a partir de 1920 seguiu as mesmas mudanças que estavam ocorrendo devido à emergência de novos setores e novos atores sociais ao nível de Brasil. Dessa forma, as mudanças tanto estruturais quanto em outros setores começaram a ficar evidentes, principalmente no tocante a ligação entre diferentes regiões do estado por meio das novas rodovias e ferrovias. O que não mudava a situação da Paraíba com relação aos estados vizinhos, tendo em vista que o estado paraibano se via em desvantagem econômica quando comparado aos outros que estavam em uma posição confortável.

Uma característica que ficaria em evidência no estado naquela época seria a inserção dos signos do moderno que eram sentidos em todo o Estado. Sobre estas mudanças, José Octávio de Mello nos mostra que:

Enquanto uma economia primária e até então quase fechada, abria-se, sensivelmente aos estímulos trazidos pela grande guerra - o que vale, sobretudo, para o algodão-, o sertão saía de seu isolamento, em que avultava o cangaço como braço armado de um "feudalismo bronco e avassalador", para admitir, no declínio das oligarquias que se precipitava, e incontornáveis cisões de seus grupos familiares, a transferência dos centros de decisão para as cidades, onde os bacharéis [...] já não se conformavam em estar a serviço do governo como antes, porque agora pretendiam ser governo (MELLO, 1979, p. 168).

Ainda que essa situação de dependência fizesse com que os laços comerciais do estado paraibano fossem mais fortes com o Recife do que entre a capital do estado e a cidade de Campina Grande, sendo que na época está última já se destacava economicamente. Desvios comerciais que refletiam negativamente nos cofres do estado, sendo este o primeiro desafio que João Pessoa tinha de resolver e que mais prendia sua atenção ao assumir a presidência da pequena Paraíba. Cargo este que partirá da indicação de seu tio Epitácio Pessoa, este o líder da oligarquia "epitacista", tendo como fundamento a situação a qual ficou o estado durante a administração anterior a do sobrinho, pois "A Paraíba de João Suassuna e do

coronelismo nada tinha que pudesse ser elogiado, exceção feita às suas belezas naturais”. (AGUIAR, 2005, p. 87).

Então o foco administrativo de João Pessoa partiria de duas frentes principais: sendo uma primeira que estabeleceu novas normas em diversos aspectos de modo que, a partir de então, os chefes locais agora não dependiam de indicação, mas teriam que se submeter ao processo de eleições, além disso, ainda iria colocar em vigor outras que iriam diretamente afetar coronéis e cangaceiros, da mesma forma resolveu centralizar alguns órgãos estaduais como a justiça nas mãos do Estado. E uma segunda que tratava de concentrar as negociações comerciais na área litorânea que agora deixavam de se concentrar apenas no interior do estado e agora iam em direção ao porto de Cabedelo, sendo que antes toda a produção tinha que ser escoada pelo porto do Recife e que esse monopólio trazia consequências negativas ao estado da Paraíba. O então presidente instituiu a criação de impostos para aqueles comerciantes que decidiam direcionar sua produção para ser escoada pelo porto do estado vizinho. A este respeito, José Octávio de Mello indaga que:

Institucionalmente, sua orientação consistia em estabelecer a supremacia do Estado a que os coronéis se deveriam subordinar, com as funções de segurança e arrecadação vedadas a interferências político partidárias. Nesse sentido, a orientação pessoista foi coerente. Arrecadação, segurança, obras públicas, crédito bancário, justiça e administração municipal foram recapturadas ao coronelato e transferidas ao interior do Estado (MELLO, 1995, p. 173).

As contribuições de Fernandes (2011) sobre tal dinâmica administrativa antes de João Pessoa mostram que:

[...] o governo paraibano quase sempre adotava medidas favoráveis aos coronéis. Estes como chefes enquanto locais controlavam as eleições através dos currais eleitorais e dos apadrinhamentos. (FERNANDES, 2011, p. 95).

A partir de então, teríamos então todo um esforço em fortalecer a economia estadual por parte do sobrinho de Epitácio, onde o mesmo “Criou taxas de pedágio, instituiu o imposto territorial e o imposto de incorporação. Este último denominava também imposto de barreira” (AGUIAR, 2005, p. 51). A campanha de valorização econômica do estado paraibano mais tarde seria conhecida como “reforma tributária” e que posteriormente também despertaria a ira daqueles estados da vizinhança que sempre aumentavam seu lucro quando não havia taxas, onde o administrador

paraibano será chamado até mesmo de “João Porteira” em decorrência destas medidas.

A associação comercial de Fortaleza que controlava a produção paraibana do alto sertão subscreveu moção de repúdio, e sua congênere de Pernambuco levantou a possibilidade de intervenção federal na Paraíba. Os protestos mais veementes partiram do Recife onde o grupo mercantil dos Pessoa de Queiroz contestou a orientação pessoista [...] dispunham de jornal de longa circulação - o Jornal do Comercio do Recife - que taxou o governo de cupim tributário. A União respondeu no mesmo tom. (MELLO, 1995, pp. 173-174).

Esse episódio, que teve como protagonistas João Pessoa e os Pessoa de Queiroz, foi uma situação muito mais complexa a partir do momento onde os envolvidos faziam parte de um mesmo núcleo familiar, onde tanto o presidente do estado quanto os empresários pernambucanos eram sobrinhos do oligarca Epiácio Pessoa. E o que mais vai ficar marcado nesta disputa vão ser a série de troca de farpas entre o órgão governamental jornal A União da Paraíba e o Jornal do Comércio de Recife, materializado então a “guerra tributária”.

Ainda que o curioso para estas ações de João Pessoa é que mesmo oriundo de uma família de oligarcas, as mesmas vão a encontro contra os interesses da base de sustentação de seu tio que era formada por membros da elite estadual. Tamanho incômodo fez até mesmo seu tio ressentir a quilômetros de distância, que mesmo com recomendações do mesmo o seu sobrinho seguia com suas reformas que atacava os coronéis em seus redutos. Como estavam emergindo os grupos nos centros urbanos, o então administrador recorre ao apoio destes como forma de sustentação, já que seus antigos aliados estavam em sua mira por meio de suas ações reformadoras.

3. AS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS DE 1930

As eleições ocorridas naquele ano de 1930 aconteceram em meio a um cenário de descontentamentos e como resultado desses surgiram os rompimentos, pois próximo ao pleito as oligarquias menores em busca de maior representatividade e participações nas decisões políticas resolveram formar oposição à chapa de Julio Prestes. Considerando o contexto social e político da época, é natural que esse mesmo pleito que se aproximava fosse repleto de irregularidades características da mesma, sendo mais intensificadas naqueles estados que estavam mobilizados na primeira linha opositora, como no estado da Paraíba, cujo pleito ocorreu recheado com diversos casos de falsificação de atas eleitorais e episódios de violência que davam a tônica de instabilidade ao decorrer das eleições.

A aproximação do pleito nacional, junto do rompimento entre as oligarquias que faziam a composição da "política do café com leite" em decorrência da sucessão do presidente Washington Luiz, faz então com que surjam movimentos de oposição, agora liderado pelas forças políticas do estado de Minas Gerais em parceria com os do Rio Grande do Sul, onde a reivindicação maior entre ambos seria maior participação nas ações políticas conduzidas no Brasil, então dessa união teríamos o surgimento da Aliança Liberal que seria uma oposição direta a Júlio Prestes durante o pleito que se aproximava.

Ainda que em seu processo de solidificação, as discussões políticas no interior da Aliança agora giravam em torno de estabelecer uma chapa que teria como cabeça o ex Ministro da Fazenda Getúlio Vargas, discussões essa que se chegou a nomes como o então governador de Pernambuco, o Estácio Coimbra, mas com recusa tendo em vista suas relações junto aos membros do Catete. Se vendo então agora em negociação com Epiácio que lançará seu sobrinho João Pessoa. A composição em definitivo só se finda em 29 de julho de 1929 em telegrama destinado a Tavares Cavalcante, na época membro da coordenação de campanha da situação.

Em suma, tal decisão se consolida tendo em vista que aqueles estados menores enfrentavam sérios problemas em relação a tributos. Sendo está questão um dos principais pontos, conforme enfatiza Boris Fausto (1979) pois a questão dos tributos se fazia pertinente naqueles estados menores, pois a arrecadação era

demasiadamente baixa em decorrência da exportação que também seguia a mesma lógica, e uma reforma neste sentido sempre foi requisitada pelos estados menores e em especial os do Nordeste, mas que o poder central sempre tratava de impedir a sua realização.

E é nesse cenário de descontentamento que a Aliança Liberal vai ganhando solidez e também parceiros que adivinham muitos deles de oligarquias com pouca representatividade, movimento este que se modifica a partir do momento que em sua chapa surge a frente um representante do pequeno estado da Paraíba. E tal composição de chapa só se consolidou em decorrência da influência de Epitácio Pessoa dentro e fora do território paraibano, o que era requisito essencial e fornecia a Aliança, ainda conforme Boris Fausto (1979), condição essencial para organizar uma oposição, tendo em vista que a composição da Aliança tinha em seus quadros Estados maiores e menores.

3.1. João Pessoa como ator político nacional

Partindo disto, fica em evidência de como se chega ao nome de João Pessoa para andar junto a Getúlio no pleito que se aproximava.

Parece claro que a grande figura que empurra a Paraíba, incentivando o ingresso dela e de João Pessoa na Aliança Liberal, foi Epitácio, que ofereceu ai uma espécie de aval, o que é explicável, porque Epitácio era uma figura que tinha prestígio nacional para entrar numa aliança de oposição (FAUSTO, 1979, p. 144).

Ou seja, o desejo em ser oposição enfatizada por João Pessoa surge em meio a esse cenário onde os pequenos estados eram esquecidos, sendo esse o principal motivo que o levou a formar essa aliança era justamente a questão de uma maior representatividade em meio às decisões políticas. Pois agora se tinha uma representatividade, onde a Paraíba que sempre muito pequena agora ocupava posição de destaque ao formar uma oposição ao governo central, sendo que antes a situação era contrária e que consolidava também o espírito da Aliança Liberal, onde a partir de então “A Paraíba erguia-se de corpo inteiro, dizimada pela pobreza, mas muito orgulhosa de suas tradições, moralmente forte” (VIDAL, 1978, p. 53).

Mesmo que, apesar de toda uma defesa de símbolos que estavam interligados as tradições na fala daqueles que simpatizavam com seus ideais, a corrente que circulava no interior da Aliança Liberal era justamente a missão de

garantir aos pequenos estados uma maior participação política dentro da conjuntura política da época que excluía os mesmos nas decisões políticas. Ainda que esta linha frontal de oposição fosse formada por aqueles que algum dia já havia sido beneficiado pelas oligarquias, a exemplo Epiácio Pessoa e Getúlio Vargas, onde ambos desempenhavam papel de parceiros das oligarquias paulistas, cuja relação de parceria resultaria até mesmo na posse de cargos por parte destes em diversas esferas do poder público.

Ou seja, os ideais que levaram a consolidação de uma oposição ao governo central não eram baseados em provocar alterações na estrutura política vigente à época, mas que estes tivessem uma maior participação nas discussões políticas junto ao poder central no cenário de predomínio das oligarquias maiores. Algo que não tinha força suficiente para romper as declarações públicas, o fato é, que no seio da formação opositora o que ganha maior notoriedade era o impulso sobre a idéia que acontecesse uma aproximação entre as elites, conforme fica em evidência em telegramas de Getúlio Vargas direcionados ao presidente Washington Luiz, a exemplo deste do dia 29 de setembro de 1929 onde,

Não aceitei meu nome pelo Estado de Minas como candidatura de combate, que não desejo, que nenhum bom brasileiro pudera desejar, sobretudo nesse momento quando tudo recomenda política de completo apaziguamento, qual dependerá em última análise do próprio êxito de programa governamental de V. Exa. [...] eis como justifico parte final minha carta onde assevero que meu nome não constituirá obstáculo para escolha pacífica do sucessor de V. Exa. (Apud, GUIMARAES et al.1982, pp. 116-117).

Além de que, o que acaba fortalecendo os quadros da Aliança Liberal vai ser a escolha sucessória por parte de Washington Luiz em preferência ao nome de Júlio Prestes para ocupar o seu cargo posteriormente, cuja escolha era nada menos que uma estratégia para manter os interesses das oligarquias paulistas mantidos, fazendo com que neste movimento a Aliança Liberal seja fortalecida com o apoio do Partido Democrático (PD) e além deste, também daqueles grupos que emergiram meio às mudanças sociais da época, sobre este aspecto, o “Manifesto da Aliança Liberal” lançado em 20 de setembro de 1929 situa precisamente o cenário que estava estabelecido.

Além de que, o que acaba fortalecendo os quadros da Aliança Liberal vai ser a escolha sucessória por parte de Washington Luiz em preferência ao nome de Júlio Prestes para ocupar o seu cargo posteriormente, cuja escolha era nada menos que uma estratégia para manter os interesses das

oligarquias paulistas mantidos, fazendo com que neste movimento a Aliança Liberal venha a ser fortalecida com o apoio do Partido Democrático (PD) e além deste, também daqueles grupos que emergiam meio as mudanças sociais da época, sobre este aspecto, o "Manifesto da Aliança Liberal" lançado em 20/09/1929 constitui bem o cenário que se consolidava. (Apud, CHACON, 1985, p. 315).

Dessa forma, esse processo de sucessão vai provocar o rompimento definitivo entre os estados e o Catete, principalmente nos Estados que estavam na frente de oposição ao governo central. No estado da Paraíba essas relações são estremecidas da mesma forma, principalmente pelo apoio do então presidente João Pessoa à Aliança Liberal e posteriormente intensificadas a ruptura tendo em vista a composição na chapa de oposição por este mesmo estado. Principalmente a partir do "nego" proferido por João Pessoa, pois "Foi a primeira e única vez, no Brasil que um estado pobre e pequeno rompeu com o Poder Central". (AGUIAR, 2005, p. 117).

Sendo assim, as retaliações em virtude dessa medida surgiriam logo em seguida, o Poder Central agora iria paralisar as obras de combate à seca no estado além de outras medidas para retaliar o governo da Paraíba. O resultado disso tudo seria o isolamento do estado, pois até mesmo internamente o governo não tinha força alguma. Essas desavenças entre o governo estadual e o governo central teriam como principal vítima o povo, mesmo que estas disputas ficassem restritas aos membros da elite da época, os resultados destas sempre tendiam a cair sobre os menos favorecidos neste jogo de poder.

Mesmo que este jogo de pelo poder ganhe uma nova direção mediante a proximidade com as eleições de 1930, pois ao nível estadual, os líderes do Partido Republicano Paulista (PRP) agora iriam em direção à escolha dos seus representantes para ocupar os cargos de deputado federal e senador no pleito que estava por vir, pleito este que teria como destaque a renovação de seus quadros. Nessa conjuntura, seriam postos à mesa os nomes de João Suassuna e outros coronéis que residiam no interior do estado.

Fato é que o pressuposto de renovação não é seguido, uma vez que João Pessoa não descarta a candidatura de seu primo Carlos Pessoa, coronel este que residia em Umbuzeiro e antes de tudo era seu primo. A partir desse episódio é que as relações entre o governo do estado e os coronéis vão ser rompidas, cuja materialização dessa ruptura se dá através do telegrama enviado a João Pessoa pelo coronel de Princesa Isabel, José Pereira, quando este primeiro havia acabado de sair dos limites municipais deste segundo.

Ainda que além de chefe político de Princesa, José Pereira ainda exercia liderança e tinha influência em todo o sertão do estado da Paraíba. A influência se dava tanto no meio político quanto econômico, pois este era um produtor de peso de algodão e que já tinha consolidado relações econômicas com o estado vizinho de Pernambuco eram bem sólidas e que para este coronel trazia bons frutos. Essas desavenças com o líder estadual já vinham dando sinais desde a instituição da "Reforma Tributária", que surge "devido ao controle da arrecadação em detrimento dos prestígios comerciais dos chefes, sobretudo, do interior" (SANTOS NETO, 2007, p. 99). Soma-se ainda ao desprestígio que os antigos aliados da oligarquia "epitacista" vinham sofrendo agora na gestão do seu sobrinho João Pessoa, desavenças essas que vão causando rupturas mínimas e que vão se intensificar nos embates armados a qual o município de Princesa Isabel foi testemunha.

Ainda que estes que levaram o nome de "Revolta de Princesa" e vão eclodir exatamente no dia do pleito nacional em um de março de 1930. O coronel José Pereira, pela sua liderança local, vai juntar uma abundante quantidade de homens em sua maioria armados que vão se deslocar do município de Teixeira em movimento de combate às forças policiais do estado da Paraíba. Posteriormente, o município paraibano de Princesa Isabel seria declarado como sendo um território livre mesmo dentro dos limites territoriais da Paraíba, apenas pertencendo ao poder público Federal e seus órgãos, aquele município a partir de então contaria com seu próprio hino e até mesmo uma bandeira com um brasão oficial.

Sua instabilidade, que poderia surgir a partir de então, seria pensada pelos líderes da oposição do governo estadual como uma brecha para provocar uma intervenção federal e então retirar João Pessoa da liderança do estado da Paraíba. Sonho dos opositores que poderia se consolidar a não ser pelo fato de que "O governo federal simpatizava com a rebelião, mas o presidente que se recusava a apoiar o governo instituído de João Pessoa, proclamava que se o depusessem recorreria ao Exército para repô-lo no poder" (MELLO, 1995, p. 178).

Ainda que a tendência fosse de instabilidade política dentro da Paraíba, e gradativamente as coisas tendem a piorar. Essas desavenças entre os poderes nas diversas esferas aconteciam ao mesmo tempo em que ainda estava em processo de contabilidade dos votos depositados no pleito nacional. Sendo que a conjuntura do estado levava para o seguinte quadro, onde na Paraíba a vitória ia em direção aos membros da Aliança Liberal, apenas os seus membros que haviam se candidatado

aos cargos de deputado e senador não teriam êxito, enquanto ao nível nacional era dada certa a vitória de Júlio Prestes e que posteriormente este feito seria contestado.

Fazendo com que as tensões se intensifiquem ainda mais em todas as esferas do poder político. No estado da Paraíba, o embate entre João Pessoa e membros da oposição iria chegar a ponto de que seus opositores teriam suas casas e escritórios invadidos, a exemplo o que ocorreu no escritório de João Dantas, sendo este membro da oligarquia dos Dantas que comandavam a política no município de Teixeira e eram próximos do coronel Pereira de Princesa Isabel. Esse episódio resultou na série de ataques trocados entre o membro dos Dantas a partir do Jornal do Comércio, cuja sede ficava em Recife, e o líder político paraibano tratava de revidar se utilizando do espaço no jornal A União, sobre o teor das reportagens veiculadas neste último,

Essas continham acusações contra os Dantas e opositores. A do dia vinte e cinco foi a mais contundente. Nela os Dantas eram considerados responsáveis pela apropriação de verbas federais. Pela ótica da correspondência então divulgada, isso causava divergências nas hostes opositores onde cada chefe procurava apropriar-se de um quinhão dos recursos públicos (MELLO, 1995, p. 180).

Desse modo, as divergências materializadas nas trocas de acusações entre os membros das duas famílias vão resultar no assassinato do líder político paraibano no dia 26 de julho de 1930 pelas mãos de João Dantas. Esse episódio vai estremecer todo o estado causando uma verdadeira comoção de ponta a ponta do estado paraibano, cujo deslocamento do seu corpo por aonde chegava era recebido com palavras de ordem que pediam por uma revolução e foram intensificadas ao chegar ao Rio de Janeiro. Os indícios de um levante armado já começavam a surgir com o passar de seu sepultamento, pois desde então o cenário caótico das cidades eram idênticos aos das nações que já passaram por conflitos armados, pois as pessoas fizeram das ruas a sua morada. Todos esses acontecimentos contribuíram para a expansão dos ideais revolucionários, o que era algo que se intensificava em todo o Nordeste e principalmente no estado da Paraíba por ser um filho da terra.

Movimento de extrema ebulição no estado da Paraíba que vai se intensificar no mês de outubro, uma vez que agora as forças contrarrevolucionárias vão adentrar no estado. Tais movimentações no interior da pequenina Paraíba vão ter como fronteiros alguns estados nordestinos que iam se distribuindo por igual até

tomar pontos estratégicos do território paraibano. Tal estratégia chega a se consolidar positivamente, mesmo que a opinião pública fosse em direção contrária junto de outros setores da administração pública e da imprensa que iam em direção ao apoio dos revolucionários que tinham como liderança a pessoa de Juarez Távora.

Ainda que, a eclosão dessas divergências que regiam o cenário da época tenha se dado com a invasão até mesmo de postos policiais na capital, cuja atitude foi arquitetada pelos revoltosos que estavam em êxtase pelos eventos que seguiam. Partindo desse ponto, a Paraíba ela viria a se tornar ponto-chave para a vitória dos princípios do movimento, principalmente pelo fato de que foi a primeira na região Nordeste que tenha tido uma atitude do tipo.

O cenário que se teria no dia seguinte seria o que as manchetes dos jornais locais já traziam notícias a respeito da vitória dos revoltosos, sendo que em um segundo momento, as notícias se espalham para além dos limites territoriais do Paraíba conforme os agora vitoriosos se deslocaram em direção ao Rio de Janeiro onde iriam comemorar junto às forças que vinham do Sul. Onde, no dia 24 do mesmo mês de outubro de 1930, o que teríamos no cenário político seria o presidente Washington Luiz perdendo seu cargo que ocuparia até então, sendo que o que viria posteriormente a este fato seria a instituição de um governo de caráter provisório, onde a pessoa de Getúlio Vargas “assumiu provisoriamente o governo da República como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do Povo”. (MOREIRA PINTO, 2001, p. 8).

Um fator que causou bastante impacto neste episódio foi à morte do líder paraibano João Pessoa, pois o que sucederia a isto foi o sucesso do movimento armado que estava se alargando, cujo resultado seria a queda da "República Velha", cuja predominância se deu até às primeiras décadas do século XX.

4. MOGEIRO: PALCO POLÍTICO DO INTERIOR DA PARAÍBA EM 1930

Os primeiros indícios de formação populacional do território que futuramente seria o município de Mogeiro surgem com os índios Cariris no período colonial, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era este grupo indígena que primeiro iniciou suas atividades ainda no período colonial. O mesmo órgão ainda enfatiza que “a 11 de maio de 1758, Manoel Pereira de Carvalho recebeu do Governador da Província uma porção de terras situadas em Taipu, entre o Rio Paraíba e o riacho Mogeiro, onde foi iniciada a colonização”. A respeito desses primeiros indícios de seu povoamento, ainda surgem outras contribuições:

Já em 11 de maio de 1758, Manoel Pereira de Carvalho, residente na Capital do Estado, requeria ao Governo da Província, José Henriques de Carvalho, que lhe fossem concedidas as terras existentes em Taipu, entre o rio da Paraíba e um “certo riacho chamado Mogeiro” (TAVARES, 1909, p. 256 apud. LIRA, 1975, p. 15).

Os dados trazidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda nos mostram que “em 1856, através da Lei Provincial 240, foi criado o Termo “Mogeiro de Baixo”, pertencente a Ingá, e em 1874, pela Lei Provincial 569, foi criado o Termo Mogeiro de Cima, também pertencente a Ingá”. Fato é que ambos a partir de 1911 já estavam anexos como um único distrito ligado ao município de Itabaiana, que essa divisão entre parte de cima e parte de baixo acaba a partir da promulgação do decreto estadual de número 1010, assinado em 30 de março de 1938, onde após esse, os dois lados da cidade seriam identificados apenas como Mogeiro. Sendo necessário frisar certo desencontro em termos de datas quanto à fundação do distrito, principalmente quando confrontadas as datas levantadas pelo instituto e Manoel Lira:

Ao ser assinada pelo governador do Estado, dr. Venâncio Neiva, a Lei no 14, de 23 de abril de 1890, criando o município de Itabaiana, o distrito de paz de Mogeiro, que essa época era vinculado ao município de Ingá, foi, por Lei no 125, de 18 de maio de 1890, desmembrando daquele município e anexado ao recém criado (LIRA, 1975, p. 16).

A efervescência política que se localizava no pequeno distrito foi algo recorrente, a exemplo, o episódio a qual o mesmo foi cenário em 1930, essa mesma efervescência vai contribuir ainda para a emancipação posteriormente do município

em 1961, uma vez que sempre houve forte ligação entre as lideranças de Mogeiro, ainda mesmo quando era distrito, e de Itabaiana, de modo que, a partir da morte de Manuel Pereira Borges¹, a mesma cidade foi emancipada por inventivo de uma liderança da sua cidade vizinha, José Silveira.

A sede distava 18 km do território distrital, o qual foi emancipado por iniciativa de Mário Silveira. Na época, o irmão desse deputado, José Silveira, era o prefeito municipal, vindo a ser eleito o primeiro gestor da nova municipalidade, criada em 1961, contando com uma população de 11 mil habitantes. (BEZERRA, 2016, p. 202).

Por se localizar na mesorregião do agreste paraibano, tendo o solo propício ao desenvolvimento de alguns itens agrícolas, desde o início do século passado a produção agrícola do algodão e atualmente do amendoim sempre contribuíram com a economia local, de modo que estas ainda incentivaram o desenvolvimento cultural de festas tradicionais e culturais que duraram até recentemente. Atualmente, o município se encontra na posição 100º quando listados os maiores municípios do estado da Paraíba, e consoante com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, cuja população estimada foi de 12.491 pessoas naquele ano. Estimativas mais recentes levam a crer que o número de habitantes já chegou a 13.289 pessoas.

4.1 O ambiente político mogeirense de 1930

O destaque inicial para este capítulo se dá pelo fato de que no pleito de 1930, o distrito de Mogeiro ainda estava anexado ao município de Itabaiana, este primeiro ainda classificado como distrito, mas que de qualquer forma já se tinha uma autonomia política, pois este mesmo era reduto perrepeista uma vez que o seu chefe local, coronel Manoel Borges, em virtude do seu prestígio para além da política e entrando no ramo da produção de algodão, era quem ditava as regras e controlava em quem os moradores locais deveriam depositar seus votos. Essa composição do ainda distrito era o desenho dos demais distritos, vilas e cidades interioranas que acompanharam a Primeira República.

Ainda que, o modo como a política do pequeno distrito até 1930 tinha todos os atributos para fortalecer esse predomínio dos coronéis, uma vez que por se

¹ Coronel que dominava a política e a economia local de Mogeiro - PB durante as três primeiras décadas do século XX, tendo em vista o poder de sua família em toda a Várzea do Paraíba, os Velloso Borges. Para mais informações sobre, ver LIRA, 1975.

localizar no interior da Paraíba, o mesmo ficava a mercê de investimentos e outros atributos necessários para seu pleno desenvolvimento, mais uma vez servindo como retrato da situação das pequenas cidades a época, tendo em vista ainda que tal situação acaba colaborando para que em sua trajetória histórica e política se tenha a predominância de conflitos causados por divergências entre as lideranças locais. O distrito de Mogeiro ante sua emancipação durante um longo período e especificamente ao ano de 1930, tinha como dirigente político o Coronel Manoel Borges, liderança está de destaque que ultrapassa os limites do mesmo e chegava até mesmo a sua sede. Segundo Silva Lira:

Acontece, que, em 1910, ao ter que se mudar para Itabaiana onde, desde 1900, já se achava seu irmão Manuel Faustino da Silva, Joca Paulo entregou a política ao cel. Nhô Borges que, depois de se unir a João Martins da Silva Filho (Joca Martins), dominou, não só a política do Distrito, como a do município durante 30 anos, que apenas em curtos períodos, esteve em mãos de outros políticos de menor prestígio (LIRA, 1975, p. 25).

Ou seja, a composição política do distrito ante sua emancipação, bem como o perfil de seus líderes até pelo menos a consolidação do episódio que marcou sua jovem trajetória política no ano de 1930, estava diretamente ligada para além dos princípios políticos, era algo que fortalecia os laços familiares por meio da parentela, pois o que predominava no mesmo eram o predomínio e posição que recaia sobre a família que estivesse à frente da localidade à época diante dos seus habitantes.

Nesse sentido, o esboço desse cenário de predominância e influência chegava até mesmo ao meio judiciário, uma vez que durante sua estadia como juiz de direito na comarca de Itabaiana, sede do ainda distrito, Heráclito Cavalcanti fortaleceu suas relações com Manoel Borges e este primeiro diretamente intervinha na política local, bem como atuavam em conjunto diante dos pleitos eleitorais uma vez que “exerceu a política partidária e indicou prefeitos do município, durante a oligarquia alvarista.” (AGUIAR, 2005, p. 160).

Da mesma forma que outras contribuições ainda surjam com Silva Lira (1975), uma vez que ainda ressalta aspectos das lideranças políticas do pequeno distrito, onde uma delas foi justamente essa ligação com a sua sede municipal, sejam estas estabelecendo relações afetuosas de amizade ou até mesmo de inimizade entre seus coronéis locais, que antes de terem desavenças no campo político já traziam consigo desavenças no campo pessoal de longas datas.

O contexto de desavenças e, ao mesmo tempo de relações afetuosas fez com que a imagem de Manoel Pereira Borges se insira na historiografia local, uma vez que o mesmo esteve a frente do ainda distrito como liderança política no período a qual vão se desenrolar e se intensificar as desavenças que resultaram no episódio de adiamento das eleições presidenciais de 1930 no distrito de Mogeiro.

Ainda que esta atuação do coronel no cenário político do distrito tenha se iniciado ainda no ano de 1903 quando este se muda do município de Pilar, onde a partir da sua chegada este já se insere meio aos políticos locais da época e inicia seus primeiros passos como liderança de bastante influência. Fato é, que durante essa sua atuação como líder, o mesmo veio a juntar inimigos, a qual vivenciou diversos episódios de violência junto dos mesmos antes mesmo daquele pleito que veio a ser realizado no ano de 1930, entre os quais o coronel Florentino que residia na sede de seu município. Acerca dessas considerações, Rego (1938) indaga que:

Mogeiro era mais ou menos assim como Açú e com dois homens somente mandando nas coisas, o coronel Nô e o coronel Florentino. Esses dois homens viviam emburrados. Pois bem, Antônio Silvino foi direto à casa do Coronel Florentino para arrasar tudo que este tinha (REGO, 1938, p. 29).

Era essa a dimensão que a política local tomava, uma vez que as disputas entre as lideranças locais se intensificaram à medida que a população ficava no meio das mesmas, população esta que ficava sob a liderança do Coronel Manoel Borges dentro do ainda distrito por muitos anos. Em virtude de estarem imersos nessa tutela do coronel local, os habitantes locais estariam sob suas ordens, cenário que duraria até as eleições presidenciais que aconteceriam no dia 28 de fevereiro de 1930. Momento este que em virtude da decisão do coronel em conjunto com o desembargador Heráclito Cavalcanti, iria terminar no adiamento das eleições por receio de represálias por parte da administração municipal que naquele ano era a favor da chapa liberal.

Desse modo, essa situação solidifica a força do mesmo coronel, demonstrando que estava acima até mesmo do chefe político que regia a administração municipal na época. Esses embates ocorridos no distrito acabam servindo como um retrato fiel da situação destes pequenos distritos, vilas e municípios durante a chamada República Velha. Sobre este retrato, Eliete Gurjão faz uma descrição acertada do mesmo.

Em seus municípios, situacionistas e opositoristas, agrediam-se frequentemente. Era comum, coronéis mandarem seus "cabras" emboscar e agredir seus adversários, quando não se articulavam com seus bandos de cangaceiros para maior eficiência do "serviço". (GURJÃO, 2001, pp. 86-87).

Sendo assim, o que tínhamos de modo recorrente eram as disputas políticas internas que tínhamos no ainda distrito de Mogeiro, o que ficava em evidência além do poder destes coronéis sobre os habitantes locais, era a relação que estes tinham com os cangaceiros para que resolvessem suas pendências com seus inimigos locais, cujo poder se intensificava pelo fato de que a população da época detinha poucos recursos enquanto os coronéis, a exemplo Manoel Borges, acabavam ascendendo social e economicamente uma vez que se "estabeleceu com um maquinismo de desfibrar algodão em rama, e uma loja de tecidos". (LIRA, 1975, p. 25).

Nesse sentido, Lira (1975) ainda traça outras características sobre essa predominância dos coronéis na política local, uma vez que até pelo menos 1930 era essa a situação do distrito e não muito diferente em sua sede, onde a força desses, era bastante evidente e sempre ficavam alternando o poder entre si. O resultado dessas divergências não teria outro fim se não a perseguição aos líderes do distrito que nos acontecimentos locais em 1930 resolveram ficar do lado dos perrepistas por escolha política, uma vez que a sede do distrito naquele ano, o município de Itabaiana, era comandado pelo ante deputado e prefeito eleito Fernando Pessoa, este simpatizante aos princípios da Aliança Liberal.

Reduto perrepista, despertou o ânimo dos revoltosos desejo de vingança contra os próceres políticos desta terra, notadamente o cel. Manoel Pereira Borges e João Martins da Silva Filho (Joca Martins), que, para escaparem à fúria sanguinária dos revoltosos, tiveram de refugiar-se nas matas, durante várias semanas. (LIRA, 1975, p. 43).

Ou seja, esse cenário que se consolidou no pequeno distrito, as disputas pelo poder começaram efetivamente a se intensificar. Principalmente pelo fato de que o coronel que tinha influência política até o presente ano de 1930 acabou ficando no lado oposto ao do prefeito da sede do município na época, Fernando Pessoa.

E essa oposição teve forças para se levantar e contrariar o prefeito de Itabaiana, o senhor Fernando Pessoa, principalmente pela influência do coronel mogeirense, que ultrapassava os limites do distrito e se estendia por todo o Vale do Paraíba. Até meados de 1930, no distrito, observava-se o quanto a política local

dependia de suas decisões, pautadas principalmente na renovação de sua posição social e, sobretudo provocando injustiças contra a população mais desprovida de fontes de renda para sua sobrevivência, muitas das vezes tendo que passar por situações constrangedoras como as dos serviçais que o coronel, “com ar depreciativo, chamava de dona fulana ou de sicrana” (LIRA, 1975, p. 58).

O Grupo da Várzea era constituído pelo bloco agroindustrial dos Ribeiro Coutinho, Velloso Borges, Lundgren e Gadelha, cujas empresas agrárias incluem a produção de outras mercadorias além do açúcar. (LEWIN, 1993, p. 371).

Esse grupo dominava politicamente e economicamente os municípios de Santa Rita, Mogeiro, Pilar, Sapé, Ingá e Alagoa Grande, e as principais famílias latifundiárias eram Velloso Borges e Ribeiro Coutinho. (DUARTE, 2014, p. 28).

Ou seja, foi esse predomínio dos coronéis locais em Mogeiro que fez com que o ainda distrito, no ano de 1930, vivenciasse o episódio resultante das divergências entre o poder privado e o público, uma vez que as medidas reformadoras faziam com que perrepistas e aliancistas viessem a se confrontar diante do pleito eleitoral que se aproximavam neste mesmo ano.

Situação esta que se consolida porque mesmo sendo distrito, Mogeiro se moldava como um reduto perrepista de peso, cuja influência de seus líderes locais acabava ultrapassando seus limites territoriais e de certo modo incomodava a força política de sua sede à época, Itabaiana. Ainda que essa influência tenha ficado em evidência, mais ainda durante a eleição ocorrida em 1930 e depois em virtude da proporção que o episódio teve, os esforços dos aliancistas se encontravam todos em volta do reduto.

Fato é que essa força dos coronéis e seu domínio sobre a política local ao ano de 1930 e até mesmo antes dele e posterior ao mesmo, acaba sendo reforçada a partir do momento quando um desses líderes chega a comandar a sede municipal, Itabaiana, nos anos de 1911-1915 e 1933-1937, este último que marca o ano de sua morte. Força esta que o coloca como o principal nome da oposição local nos acontecimentos que marcaram o distrito no decorrer do ano de 1930, uma vez que este estava alinhado com as forças perrepistas locais e apoiado ainda na influência do desembargador Heráclito Cavalcanti tinha no estado.

Tal domínio do coronel Manoel Borges no pequeno distrito era algo que o aproximava dos cangaceiros como qualquer outro coronel que viveu durante toda a

Primeira República, ainda que conseguisse afastar as forças policiais ao mesmo tempo, onde “O coronel Nhô Borges não admitia soldados na sua propriedade e tinha acontecido o diabo com um tenente novato que não conhecia os grandes da várzea.” (REGO, 2012, p. 161). Uma vez que essa aproximação se dava em detrimento que estes bandoleiros resolvessem suas pendências, principalmente quando se tratava de pendências com seus inimigos.

Refere **Rio Preto** que ha cerca de 2 anos, achando-se em casa de major Nhô, em Mogeiro, com **Cocada e Antonio Silvino**, este assassinou com um tiro o ex sargento de polícia Manoel Paes que, quando a serviço do governo, o perseguiu. (A PROVINCIA, 29 de março de 1906).

Ainda que tudo girasse em torno do coronel Manoel Borges junto do coronel Florentino que residia na sede do município, estes senhores de terras eram grandes proprietários de terras e outros membros da sociedade local estavam sempre divergindo em diversos pontos. Pois o Coronel mogeirense ainda usará da sua influência ainda para acobertar o bando de Antônio Silvino em sua residência,

Essa aproximação entre coronéis e cangaceiros marcou a história política do distrito, ainda que este fosse o era o cenário político do mesmo até meados da década de 1930, onde os coronéis, em virtude de sua força no campo econômico, faziam com que os mesmos adentrassem no cotidiano político do distrito sempre se engajando e trazendo para este campo suas divergências.

Além disso, que está aproximação fazia com que o distrito sempre ficasse órfão até mesmo de policiamento, uma vez que além de se inserir na política, muitas das vezes o Coronel Manoel Borges acabava até mesmo interferindo nas forças policiais locais, uma vez que até mesmo essas não tinham certa autonomia sendo que até mesmo os cangaceiros do bando de Silvino tinham mais liberdade.

Não obstante a afirmativa do cabo, que ficou preso até á chegada da machina, Antonio Silvino mandou arrumar uma pilha de dormentes sobre os trilhos, ainda na duvida se a machina pararia ou não. E' preciso notar que o Mogeiro dista da cidade de Itabayana apenas 3 leguas e neste lugar nem uma palha moveram as autoridades competentes. (A PROVINCIA, 10 DE NOVEMBRO DE 1906).

Então esse era o cenário que vai se intensificar na localidade até 1930, aonde tudo ia de encontro às ordens do coronel local e o mesmo acabava influenciando como as coisas deveriam andar dentro dos limites da mesma, principalmente na

questão política, pois naturalmente a população local tinha que acompanhar o mesmo em suas escolhas. Sempre se apoiando na perspectiva de que detinha grandes lotes de terras e empresas, sendo que o destaque comercial e econômico, à época, destacava pela produção de algodão não só no distrito, mas até mesmo em sua sede, tendo como resultado disso tudo uma população que sempre estava à mercê de suas ordens independente de qual fossem as mesmas.

Dessa forma, quase tudo sempre ficava em alternância entre o Coronel Manoel Borges e coronel Manoel Florentino que residia na sede do município, mas que ambos sempre tinham atritos como se fossem vizinhos de porta. Somado a isso, ainda tinham os momentos quando os conflitos atingiam maiores proporções, nem mesmo a própria polícia dava conta em apaziguar os ânimos, principalmente se fosse em momentos onde os cangaceiros estavam resolvendo pendências de seu financiador.

Somado a isso, ainda tínhamos o fato que na região o juiz da comarca de Itabaiana sempre manteve no seu ciclo de amizades as famílias influentes da região, inclusive o núcleo familiar do líder que estava à frente da política de Mogeiro até meados de 1930. Conforme destaca, Santos (2020), pois o juiz da comarca localizada em sua sede era um militante político, onde Heráclito Cavalcanti por sua vez construiu laços com a Família de Manoel Pereira Borges, onde este primeiro durante as movimentações de 1930 liderou os simpatizantes perrepetistas em direção contrária à chapa aliancista que tinha como vice o líder paraibano, João Pessoa

Ainda tinha o agravante das relações que o Coronel Manoel Borges conseguiu estabelecer para além dos limites territoriais do distrito, uma vez que com isso ele sempre conseguia levantar oposição no pequeno distrito de Mogeiro mesmo quando este não estava exercendo cargo político como acontecerá várias vezes em sua trajetória política e como se concretiza no episódio que marcaria a história do hoje município de Mogeiro ainda em 1930 quando estava na categoria de distrito, onde este, estabelecendo relações com Heráclito Cavalcanti decidiu adiar o processo eleitoral neste mesmo ano em seu reduto.

E esses acontecimentos da política local sempre sustentavam a situação conflituosa uma vez que eram diversos interesses por trás das ações, como, por exemplo, esse episódio de 1930 onde a decisão de fazer oposição a chapa que teria João Pessoa como vice se deu em virtude dos negócios do Coronel Manoel Borges estar em perigo por conta das medidas tomadas por este primeiro em uma

"sistemática política de desprestígio dos coronéis e um programa para soerguimento das finanças do estado." (MELO, 2003, p. 119).

5. RELATOS DE UM PROCESSO ELEITORAL LOCAL

A formação do cenário onde teríamos as duas lideranças locais separadas entre oposição e situação no decorrer do episódio que marcaria a política local no pleito de 1930 começaram a se definir a partir das medidas adotadas por João Pessoa com a instituição de impostos ainda em 1929, fato que causaria impacto negativo imediato nos comerciantes locais uma vez que estes eram favorecidos pela não cobrança dos mesmos em suas transações comerciais junto dos estados vizinhos, principalmente no tocante à comercialização de algodão, que à época era o carro chefe comercial em Mogeiro, motivo pelo qual o colocou dentro da oposição que se formava dentro do estado em favor da chapa perrepista no pleito de 1930.

Do outro lado, teríamos uma situação formada pelo então prefeito da sede municipal da época, Fernando Pessoa, sendo válido salientar a aproximação familiar que o mesmo tinha com o líder estadual e que naturalmente o mesmo estaria na posição de correligionário em favor dos princípios aliancistas, enquanto a oposição formada pelo coronel Manoel Borges, orientado pela oposição estadual liderada pelo desembargador Heráclito Cavalcanti, em virtude deste concentrar entre os seus aqueles que se sentiam prejudicados pelas medidas de João Pessoa, os perrepistas.

Ou seja, essa conjuntura local de divisão era a mesma evidenciada em toda a política brasileira, tendo em vista as mudanças sociais que começam a emergir ainda na década de 1920 somadas as rupturas políticas surgidas em detrimento de uma maior participação política e representatividade nas decisões políticas. Situação que se agrava ainda mais pela situação da Paraíba, pois a situação a qual se encontrava Mogeiro naquele ano de 1930. Demonstra ainda como a decisão estadual em fazer oposição ao governo central surgiu como uma via de mão dupla, ao mesmo tempo em que coloca o estado no centro das discussões políticas e demonstra sua importância política, por outro lado, escancara as divergências que o governo estadual estava construindo junto das lideranças políticas do interior, lideranças estas que iam à contramão das medidas reformadoras que seriam o carro chefe do governo de João Pessoa.

Assim, seria natural que os grupos e lideranças locais fossem se agrupando conforme seus interesses fossem se lapidando diante da situação que ia se formando no pleito de 1930, fato é que até mesmo as fraudes e violências vistas em

escala nacional se fizeram presentes conforme os fatos que marcaram o pleito em Mogeiro iam ganhando forma. Ou seja, a política local seguia os mesmos passos que o pleito nacional neste sentido, se intensificando ainda mais conforme a colocação a qual o estado da Paraíba ia se adequando, tendo em vista que a decisão em adiantar o pleito na cidade surge mais como retaliação da oposição local em virtude das medidas adotadas pelo líder estadual, situação esta que colocaria a cidade meio ao conflito armado que a mesma seria testemunha.

5.1. As agitações que marcaram o período de campanha

Conforme trabalhado no capítulo anterior, Mogeiro mesmo antes de sua emancipação sempre teve lugar de destaque na política da região e do mesmo modo seus líderes locais. Sendo que este mesmo destaque fica em evidência no episódio ocorrido em 1930, onde o coronel Manoel Borges decide se mobilizar para não permitir a legalidade do pleito, sendo resultado das divergências, pois teríamos de um lado o líder perrepista Manoel Pereira Borges, e do outro, o aliancista e prefeito de Itabaiana à época, Fernando Pessoa.

Tal episódio surge como resultado dos laços de amizade estabelecidos junto de Heráclito Cavalcanti, impulsionado ainda pela política tributária de João Pessoa, uma vez que Heráclito, no ano de 1930, ganha impulso como líder da oposição a João Pessoa e passando então a liderar a facção perrepista no estado. O caso de Mogeiro acaba surgindo como uma negativa às medidas adotadas por João Pessoa em direção aos coronéis, fazendo com que estes se organizassem em busca de medidas para tentar frustrar sua candidatura na chapa aliancista.

O que iria pesar nessa decisão em ser oposição seriam os desencontros nessas medidas adotadas por João Pessoa, é válido salientar que, ao mesmo tempo em que tinha como reduto o distrito de Mogeiro, o coronel Nô Borges também era pertencente ao núcleo dos grandes proprietários da Várzea do Rio Paraíba, igualmente um dos mais afetados pelas medidas do chefe paraibano. Item a qual José Octávio trata de destacar:

O problema social da Várzea do Paraíba articulava-se nesse ponto com os descalabros da máquina judiciária que abriram espaço para o coronelismo, injustiças sociais e violações dos direitos humanos que não se coadunavam com o reformismo joão pessoano. (Apud, Aguiar, 2005, p. 187).

Essa decisão de se colocar em oposição à decisão tomada pelo administrador municipal acabou trazendo certo desconforto e exaltando os ânimos da política local ainda quando se mobilizam na campanha. Desse modo, dias antes do pleito as coisas tendiam a se intensificar ao ponto que inicialmente as desavenças eram pontuais e limitadas, onde o engajamento era apenas nas manifestações populares organizadas pela situação que passariam a ser mais vistos em Mogeiro.

Lembrando que conflitos sempre foram marcas da política em Mogeiro, mas que naquele ano de 1930 as coisas tendiam a ser mais intensas, pois de cada lado estavam em campanha os dois maiores líderes políticos da região à época, uma vez que a atmosfera da política do distrito quanto de sua sede estava a todo vapor em virtude das estratégias políticas traçadas entre suas lideranças. Mas de qualquer forma, todas as atenções estariam voltadas para o reduto perrepista naquele ano, tendo em vista que era conhecida toda a força do seu líder. Fato é que o distrito de Mogeiro estava em ebulição esses dias que antecederam o pleito, tendo em vista as investidas dos aliancistas, cujos ataques ainda estavam somente na oratória, conforme vemos no Jornal A União:

ITABAYANA, 12 - No povoado Mogeiro, reduto do perrepismo neste município, realizou-se hoje, às 11 horas, brilhante comício de propaganda li-beral.

Para aquela localidade viajou, pela manhã, o prefeito Fernando Pessoa, Acompanhado de oradores e de um prestito de doze automoveis, condu-zindo familias da alta distincção itabayanense. (...) O comicio, organizado em plena fei-ra, foi assistido por uma multidão calculada em 2.000 pessoas. (...) Falou em primeiro logar o dr. Osias Gomes, seguindo-se com a palavra o dr. Julio Rique, tendo ambos pronunciado vibrantes discursos em torno à fallencia do perrepismo. (A União, 14 de janeiro de 1930).

Além dos ataques proferidos nessas manifestações que já entregavam as tensões, o que preocupava a oposição era também a multidão que se organizava em tentativa de provocar o perrepismo do distrito de Mogeiro, uma vez que as palavras proferidas em público sempre iam a tom de ataque, pois já davam uma luz sobre a atmosfera política a qual se formava envolvendo situação e oposição nas manifestações que se formaram dias antes do pleito.

Além disso, essas mobilizações surgiam no sentido de garantir votos para seu candidato, uma vez que as ações dos aliancistas passariam a se intensificar dentro do reduto perrepista, surgindo então como uma tentativa de mudar o cenário

favorável à chapa perrepista em virtude da liderança que a figura de Manoel Borges tinha na localidade.

Mesmo que da mesma forma que seus líderes locais, até mesmo os comerciantes começaram a escolher seus lados, fazendo com que as ameaças e outras providências comesçassem a tomar conta da atmosfera local. Principalmente pelo fato de que alguns destes já haviam sido vítimas das medidas tomadas pelo coronel mogeirense em parceria com Heráclito Cavalcanti em outras ocasiões quando este fora juiz na comarca de Itabaiana (MONTEIRO, 1985).

Ou seja, a mobilização para em torno da campanha que estava em curso naquele ano de 1930 chegou a atingir maiores proporções, pois até mesmo os comerciantes acabariam entrando em campo, principalmente aqueles que anteriormente já teriam sido prejudicados com as ações dos Velloso Borges enquanto político e que naturalmente estariam contra o mesmo, desenhando então novas articulações políticas.

Itabayana, 16 - Realizaram-se numerosa assistência comícios Mogeiro Itabayana oradores delirantemente applaudidos multidão nome querido vossencia ovacionado maior vibração cívica. Fernando apesar ainda ado-entado assistiu comício caravana re-cebida festivamente Sociedade Operarios onde Café Filho além outros oradores empolgou assistência. Saudações - **Regis Velho**. (Apud, A União, 18 de fevereiro de 1930).

Mesmo assim, o coronel contava com o apoio do seu reduto, somado ainda às alianças que o mesmo estabeleceu enquanto articulador da política local, elementos que contribuíram com que o mesmo ganhasse projeção necessária para fazer oposição a Fernando Pessoa no pleito presidencial em 1930. Ainda que, essa sua decisão tenha se firmado tendo em vista as medidas adotadas por João Pessoa que afetava principalmente ele por descender dos grandes latifundiários da várzea. Fato é, que enquanto o mesmo dava indícios de que faria oposição no pleito que ocorreria naquele ano contra a situação local e também contra a situação estadual, o que por si só já era um perigo tendo em vista os malefícios de se fazer oposição a época, as movimentações de Manoel Borges de certo modo acendia o alerta entre aqueles que estavam na outra ponta, pois os mesmos reconheciam a sua liderança, até mesmo lideranças estaduais, conforme entrevista do deputado Tavares Cavalcanti em resposta às ameaças de Heráclito, publicada pelo jornal A União:

[...] O que é certo é que o P. R. C. se acabava em phase de dissolução e retrahimento, salvo uma ou outra localidade, onde elementos de opposição se mantinham embora fracamente. Quem dá a prova é o propio desembargador Heráclito. Dos nomes citados por v. exc. co-mo adpetos actuaes da candidatura do illustre presidente de S. Paulo, quantos pertenceram ao antigo P. R. C da Parahyba? Somente três, os dignos cidadãos Salvo no de Figueirêdo, de Campina Grande; Pereira Borges, da Itabayana, e Antonio Rocha, de Bananeiras [...]. (A União, 05 de janeiro de 1930).

Mesmo assim, a oposição perrepista teria como desafio o enfrentamento ao poder público na época gerido pelo prefeito Fernando Pessoa, este membro da família de João Pessoa e que havia sido indicado para o cargo pelo mesmo. Situação esta que naturalmente levaria situação e oposição para um conflito político com sinais de violência, uma vez que a situação tenderia a se intensificar conforme o pleito presidencial se aproximava e os ânimos tendiam a se exaltarem.

Dessa forma, seria natural ainda se pensar que o perrepismo não tivesse tanta força dentro do distrito, tendo em vista que tudo se concentrava em torno do poder do prefeito à época e em sua sede municipal, dado o fato que “Fernando Pessôa – quinto filho de Antônio Pessôa – entrou para política local em 1924, atuando em Itabaiana – onde havia sido indicado coletor federal – como um dos fundadores da “Colligação política de Itabaiana”.” (GOMES, 2018, p. 409).

Ou seja, a oposição local só teria maioria dos votos para a chapa perrepista uma vez utilizando da imagem e o prestígio do coronel Manoel Borges, uma vez que este tinha alianças dentro e fora da localidade, fazendo com que tivesse fôlego para contrariar o membro dos Pessoa. E essa oposição se fez presente antes, durante e após todo o pleito, de modo que o mesmo conseguisse mobilizar seus correligionários do distrito.

Talvez pela sua solidez na condução da oposição local somado ao fato de exercer liderança em Mogeiro, a situação então começaria a tecer ataques a sua pessoa e que eram comuns quando considerado o contexto da época, em um primeiro momento durante a campanha eleitoral eram apenas ataques verbais. Mas conforme o pleito ficava mais próximo, o fato do coronel Manoel Borges surgir como oposição, acaba tornando “um ambiente de imprevisíveis consequências quanto à política do Distrito de Mogeiro.” (LIRA, 1975, p. 43).

Dando então novas dimensões a campanha política em Mogeiro naquele ano de 1930, pois as investidas contra a oposição local vinham de todos os lados e formas, principalmente pelo fato de que o líder perrepista estava distanciado da

situação local e também da estadual. Dessa forma, seria natural que o coronel Manoel Borges com certo teor de vingança resolve organizar no seu reduto formas de tentar burlar a normalidade e a legalidade do pleito, uma vez que não só o líder perrepista, mas também todos os seus correligionários vinham sofrendo com as investidas da situação lideradas no município, por Fernando Pessoa.

O estopim para que a oposição se organizasse, e de certo modo desenhasse aquilo que seria conhecido como o caso de Mogeiro, foram os episódios de perseguições com as demissões que começaram a acontecer entre aqueles perrepistas que estavam lotados em órgãos do estado na sede do município. Sobre um desses episódios, destaca A União:

ITABAYANA, 28 - O presidente João Pessoa chegou a esta cidade no momento em que se realizava um meeting de protestos pela remoção de um telegraphista. S. exc., em companhia dos prefeitos Fernando Pessoa e José Pessoa, subiu ao corêto da praça onde se realizava a manifestação popular. O primeiro orador, o prefeito Fernando Pessôa, fez um vibrante discurso de protesto contra os processo usados pelos adversários, communicando ao povo a presença do presidente do estado [...]. (A União, 04 de Março de 1930).

Dessa forma, enquanto os ataques pessoais seguiam, as demissões começavam a surgir por divergências políticas, as coisas tendiam a se intensificar ainda mais a partir do momento em que João Pessoa começaria a se fazer mais presente na política local, de certo modo cultivando na população o ódio contra os perrepistas.

E essas visitas de João Pessoa pela região foram o agravante para que a oposição perrepista começasse a se organizar em torno de medidas típicas da Primeira República para tentar frustrar a votação favorável aos aliancistas em Mogeiro, independente de qual fosse o desfecho. O resultado disso tudo seria o episódio que ficou conhecido como o caso de Mogeiro, que, em resumo, surge como um retrato dos conflitos políticos da época.

5.2 O caso de Mogeiro: a consumação do conflito

No pequeno distrito de Mogeiro, naquele pleito de 1930, se estabeleceu um cenário onde as divergências saíram das discussões e acabaram avançando em direção à violência física, uma vez que perrepistas locais lançaram mão da tentativa

de adiantar as eleições do corrente ano em um dia, cenário este que fica em evidência nas poucas produções historiográficas sobre o episódio e nas fontes documentais consultadas. Em 1930, Mogeiro foi testemunha do seu maior conflito envolvendo lideranças políticas locais tendo em vista o uso da violência física e a repercussão que teve, ainda que, as poucas e curtas produções a seu respeito dão conta de que o uso da violência física e outras atitudes na maioria foram em direção ao líder perrepista do distrito uma vez que este foi o organizador da ilegalidade ali cometida.

Itabayana, 2 - Aqui eleição correu absoluta paz. Em Mogeiro como houvessem adversários se antecipado um dia na realização eleição promo-vo para amanhã votação nossos ami-gos aquelle districto em cartório. Abraços - Fernando Pessoa. (Apud, A União, 05 de Março de 1930).

Ainda que o adiantamento da votação na pequena localidade tenha sido organizado em conjunto com Heráclito Cavalcanti, mas quem ficou responsável pela execução do plano de adiantar a votação e ficar responsável pela falsificação de atas foi o coronel Manoel Borges, uma vez que este era quem mandava e desmandava no pequeno distrito, não sendo surpresa o ódio sentido pelos revoltosos a sua pessoa. O ambiente caótico teve como testemunha o também pretista João Florêncio a mando de Fernando Pessoa, pois este a fim de checar o andamento do pleito e a sua legalidade constatou que no local da votação não havia qualquer indício de eleitor, bem como a ausência de mesários (LIRA, 1975, p. 43).

[...] O melhor de tudo é que o sr. Manuel Pereira Borges, auctor da desmoralizada fraude, não contando que os seus planos fossem deste modo esclarecidos com o testemunho de um seu proprio correlegionario, teve o desplante de telegraphar ao go-verno do Estado, no dia 1.", com-municando que as eleições em Mogeiro corriam em calma. (A União, 05 de Março de 1930).

O intuito desta visita seria apenas de promover uma fiscalização na realização da votação, uma vez que os ânimos já estavam agitados desde o período dos comícios na localidade, sendo que a normalidade com qual deveria ter sido realizado acaba ficando apenas no desejo dos envolvidos. Acontece que, a comitiva estava representando Fernando Pessoa se depara com um dissabor onde se constata a interferência por parte do líder perrepista da localidade, uma vez que até mesmo os eleitores declarados apoiadores dos candidatos aliancistas foram ali impedidos de

registrar seus votos, sendo que essas interferências foram diretamente organizadas pelo coronel Manoel Borges, uma vez que este seguiu as orientações onde “ensinavam aos seus partidários e fiscais como fazer para tumultuar e fraudar o pleito.” (AGUIAR, 2005, p. 156). Orientações que foram elaboradas por Heráclito Cavalcanti. E foi dessa forma que o confronto verbal que já se seguia entre a situação e oposição local, agora ganharia novos contornos em decorrência das divergências políticas no pequeno distrito no dia 28 de fevereiro de 1930.

À comitiva foram incluídos famigerados capangas, entre eles o célebre "Pixito" que, num ousado atrevimento, se dirigiu aos irmãos José Maria e Israel Lira, com a capciosa intenção de lhes arran-car, à força, a confissão de que haviam votado no P. R. P. Em face da resposta negativa, agrediu-os fisicamente. À reação por parte dos rapa-zes, não se fez esperar, dominando-o rapidamente. É quando de den-tro do Mercado Público, onde estavam auqartelados os componentes da comitiva, ouve-se um disparo, cujo projétil aloja-se na região renal do agressor, deixando -o desacordado. (LIRA, 1975, p. 44).

Essa disposição em trazer capangas junto da comitiva se dá em virtude que na época do ocorrido, todo mundo tinha receio em adentrar no distrito sem reforço, pois o líder perrepista local sempre esteve próximo do cangaceiro Antonio Silvino, sendo e este quem realizava os serviços junto de seus inimigos. Dessa forma, foram direcionados reforços a mando de Fernando Pessoa, que estava acompanhando a situação.

A comitiva já esperava que quando chegassem a localidade encontrassem resistência, por isso também foi tomada a decisão de cercar a cidade para que as atas que haviam sido rasuradas fossem pegas. E o que de fato vai se concretizar, tendo em vista que aqueles correligionários perrepistas de certo modo vão resistir a sua chegada em um primeiro momento, sendo que o conflito armado tendia a se intensificar, pois agora com a cidade cercada por policiais, servindo a cidade como testemunha do confronto armado. Conforme telegrama recebido por Julio Prestes de um dos membros da oposição no estado da Paraíba:

[...] Assisti a eleição de Campina Grande e quando lá voltava com amigos tivemos que occultar-nos durante tres horas seguidas nas mattas para escaparmos da furia da força policial. Os cangaceiros seguiam para varias localidades do Interior afim de apprehender os livros eleitoraes onde tivemos maioria. Mogeiro e outros municipios acham-se cercados pela policia que pretende tomar os livros, mas nossos amigos têm resistido, havendo tiroteios. Apesar de toda a sorte de violencias nossos amigos

portaram-se como heróis. (Apud, Diário de Pernambuco, 11 de Março de 1930).

E assim é que o caso de Mogeiro ganha forma, uma vez que no dia 28 de fevereiro de 1930, uma comitiva aliancista a mando de Fernando Pessoa adentra o reduto perrepista e entra no confronto armado junto dos correligionários do líder perrepista coronel Manoel Borges.

A defensiva só se dá em virtude da liderança a qual o líder perrepista tinha no distrito, uma vez que os aliancistas de certo modo não eram bem vindos dentro do seu reduto, mesmo que ainda no período de campanha, os ataques verbais se direcionaram ao seu líder. Sendo que esses ataques verbais já davam indícios de como as coisas estavam aflorando na localidade e até mesmo dando indícios que poderiam evoluir para o conflito físico como ocorreu. Servindo então como a chama inicial para aquilo que veio a se tornar o maior episódio de violência na história política local até os dias atuais.

5.3 Do local para o geral: consequências e repercussão

Após o episódio do adiantamento das eleições em Mogeiro, onde temos perrepistas e pretistas locais envolvidos, que teve seu início a partir do momento em que Fernando Pessoa resolveu checar as informações prestadas via telegrama enviado pelo líder perrepista da localidade. Informação que foi levantada por Silva Lira em sua obra “Resumo Histórico de Mogeiro” (1975), onde inicialmente a comitiva designada para o local tinha apenas a função de verificar o andamento do pleito, mas que posteriormente o conflito físico se faria presente. Independente de qual dos dois lados tenham iniciado o conflito, o que fica em evidência é que aquele dia 28 de fevereiro de 1930 acaba se distanciando das ameaças e demissões vistas durante a campanha e avança em direção a um cenário onde a violência prevaleceu envolta dos envolvidos.

E assim como foi destacado no tópico anterior, Mogeiro foi palco de uma ilegalidade no tocante ao seguimento do pleito presidencial, seguido do uso de artifícios como a falsificação de atas. O motivo dessa ação tem início a partir do descontentamento do coronel Manoel Borges em detrimento das medidas impostas por João Pessoa no tocante às questões de natureza econômica com a instituição de impostos nos limites territoriais do estado, pondo a mesma em prática no dia 28

de fevereiro de 1930, tendo as consequências do seu ato afetado não só o mesmo, mas alguns de seus correligionários do pequeno distrito. Agora iriam surgir as consequências, uma vez passado o conflito físico, principalmente para aquele que arquitetou a ilegalidade, da mesma forma a repercussão.

Durante a revolução de 1930 teve a casa destruída, bem como o seu armazém de descarçamento de algodão, pelos exaltados revolucionários de 1930, apesar da amizade que mantinha, por insistência, do Prefeito de Itabaiana de então. Lamentavelmente, conforme informa o seu filho Manoel Pereira Borges, a família atribui a destruição de suas duas propriedades a influências e a mando mesmo daquela autoridade que se dizia sua amiga. (MONTEIRO, 1985, pp. 231-232).

Situação esta que ganharia uma maior proporção e evidência, pois os acontecimentos ocorridos no pequeno distrito logo começaram a repercutir pela região, bem como a atribuição a responsabilidade sobre o adiantamento das eleições no distrito. Uma vez que mesmo tendo sido uma peripécia de Manuel Borges, orientado por Heráclito Cavalcanti, a responsabilidade pela infração começa a ser colocada para a conta de seu maior inimigo, o Dr. Florêncio, que residia na sede do mesmo município.

Logo os amigos de Florêncio que eram os mesmos comerciantes que já haviam sido prejudicados pelo coronel começaram a reagir encaminhando telegramas para a capital temendo consequências contra seu conhecido, uma vez que dessas mesmas ações Manoel Pereira Borges já havia provado ao ter suas residências incendiadas após a ação coordenada pelo mesmo.

Itabayana, 8 - Posso assegurar a vossencia serem inteiramente falsas as declarações do "Diario da Parahyba" de hontem, sobre as eleições de Mogeiro, attribuidas ao dr. João Florencio, cujo character julgo acima de semelhante indignidade. Fui seu companheiro na excursão a Mogeiro e estou bem certo de sua opinião e declaração em cartório aqui. Os nossos adversarios mais dignos reprovaram as actas falsas de Nho Borges. Saudações - **Regis Velho**. (Apud, A União, 16 de Março de 1930).

Essa facilidade de Manoel Borges atribuir a responsabilidade para seu inimigo de sempre se deu em virtude de sua aproximação junto do desembargador Heráclito Cavalcanti, que na posição de chefe da facção perrepista e seu amigo de sempre, aproveitou de sua condição a frente dos jornais perrepistas como o Diário da Parahyba para promover ataques e calúnias contra o inimigo de seu correligionário de sempre. Dessa forma, fazendo com que houvesse troca mútua de favores

políticos entre estes últimos, uma vez que o episódio das atas falsas em Mogeiro surgiu a partir de uma orientação de Heráclito Cavalcanti.

O que o coronel Manoel Borges não esperaria seria a massiva repercussão que seus atos teriam mesmo passando esta autoria para seu eterno inimigo, utilizando como manobra sua proximidade com o chefe perrepista e que estava à frente dos veículos jornalísticos da mesma facção.

Acontece que mesmo com sua estratégia adotada para fugir da responsabilidade, a ação de adiantar as eleições no distrito em um dia consegue chegar a capital e para sua surpresa, a mesma chega sob sua responsabilidade, sendo este o chefe perrepista do distrito, uma vez que o próprio João Pessoa se direciona ministro da justiça à época via telegrama justificando os atos que se sucederam não só na localidade, sabendo o mesmo de todo o desenrolar das coisas graças a seus interlocutores e correligionários. Conforme destaca A União:

MINISTRO DA JUSTIÇA - RIO - Informado de que v. exc., em telegrama dirigido ao dr. Oswaldo Aranha atribuiu fraudes e violências às eleições realizadas neste Estado, venho protestar contra essa falsa informação, reptando a quem quer que seja a fazer prova de accusação. Posso assegurar a v. exc. que a unica fraude consumada aqui no dia primeiro de março tem a responsabilidade do chefe perrepista do districto de Mogeiro, que, contando com a maioria das mesas eleitoraes, forgicou as actas de vespera. [...] - João Pessoa. (Apud, A União, 07 de Março de 1930).

Ainda que essa repercussão tenha sido uma via de mão dupla, tendo em vista que no ocorrido em Mogeiro tenha tido um desencontro de informações a respeito do seu mandante. Mas que essa preocupação de João Pessoa e atitude de atribuir a culpa ao chefe perrepista se deram em virtude das suas passagens pela região ainda durante o período de campanha, quando ainda estava no agito e tudo não ultrapassava o limite das ameaças verbais e outras providências, sendo no máximo as demissões que começaram a acontecer em órgãos estaduais situados no município sede.

Sendo ainda necessário frisar que era do conhecimento de todos, a aproximação entre Manoel Borges e Heráclito, que sendo um perrepista tinha como decisão natural fazer oposição a chapa aliancista que tinha como vice João Pessoa, sendo que este último de certo modo vinha prejudicando o coronel em seus negócios uma vez com as medidas tomadas no setor econômico quando esteve à

frente da administração da Paraíba, então como estava contrário a este último, a ele cabia o codinome perrepista a qual era falado em diversos momentos.

Além disso, o episódio em Mogeiro naquele mesmo ano de 1930 acabou reacendendo divergências anteriores com seus adversários de sempre, principalmente pelo fato de que o coronel Manoel Borges é quem coloca em prática a idéia de adiantar o pleito, mas que do mesmo modo arquiteta a tentativa de jogar toda a culpa em João Florêncio, uma vez que esse era seu inimigo de sempre, mas que naquele ano de 1930 estavam do mesmo lado a favor do pretismo.

O que aconteceu em Mogeiro foi testemunhado não só pelo João Florêncio, mas também por outros comerciantes que se deslocaram em comitiva para averiguar o andamento das coisas, mas que mesmo com a declaração formal do líder perrepista do distrito sobre o episódio, recaiu sobre João Florêncio a culpa sobre a autoria da ilegalidade ali em curso uma vez que surge uma notoriedade em diversos jornais da época. Ou seja, nesse último momento já não havia mais distinção entre situação ou oposição após o ocorrido, pois agora uma controvérsia iria surgir e iria levar a situação para outra direção, acontece que após o episódio os perrepistas passariam a trocar a responsabilidade entre si. Em meio a polêmica que se estabelece sobre a autoria, até mesmo o jornal A União acaba lançando uma nota favorável a João Florêncio.

[...] O dr. João Florencio sabe que não houve, a 1° de março, eleição alli; tes-temunhou, de visu, o facto, em com-panhia do coronel Firmino Rodri-gues, drs. Cruz Ribeiro, José Regis, Antonio Bôtto, Luiz Ribeiro e outros. Em companhia destes, ou-viu a declaração formal do coronel Manuel Pereira Borges de que as eleições se realizaram antes de 1° de março porque elle receava violen-cias... (A União, 09 de Março de 1930).

Dessa forma, as divergências surgem até mesmo sobre a autoria da ilegalidade cometida no distrito no ano de 1930, uma vez que até mesmo ressentimentos antigos e começaram a pesar, uma vez que o autor do ocorrido ali lança a responsabilidade para seu inimigo político, demonstrando então uma característica da época que era o predomínio e conflitos entre os coronéis que dominavam a política local, novos contornos pela repercussão e também pela intervenção jurídica que teve o episódio:

[...] Ainda mais: o dr. João Florencio foi chamado a juizo e ahi depoz so-bre o facto, declarando que um elei-tor lhe dissera ter votado ás 7 12 ho-ras do

dia 1º, portanto antes da hora legal, sem reunião da mesa etc. [...] Deante de taes declarações de s. s., feitas em juizo e a pessoas idoneas, resta-nos a certeza de que o orgam pretista não falou a verdade. Mas esse expediente é simplesmente grosseiro e desleal, porque fez duvidar do character de um homem, tido e ha-vido como serio. (A União, 09 de Março de 1930).

Essa preocupação do Dr. Florêncio em rebater as acusações da imprensa perrepista era uma tentativa de desviar de possíveis consequências, tendo em vista também que o teor das publicações da mesma além de atribuição de culpa pelo episódio em Mogeiro, também traziam em seu escopo atributos pessoais como, por exemplo, a questão da honra.

Ainda que, esses atributos pessoais a qual as manchetes dos periódicos perrepistas sempre estavam em evidência em suas manifestações públicas sobre o caso. Como, por exemplo, no processo que vai resultar do mesmo episódio, onde as referências a esses atributos pessoais ganham forma ao longo de seu depoimento prestado à justiça.

[...] Prestado o compromisso e sendo inquerido disse que [...] no lugar designado para as elei-ções, uma mesa forrada, com uma urna, e bem assim tinta e papel, não tendo visto mesarios e nem eleitores no recinto, isto á tarde [...] digo que varios eleitores de Mogeiro, liberaes, declararam não te-rem votado em Mogeiro á falta de reunião da respetiva mesa [...] o eleitor per-repista Severino Peixoto lhe declarou ter votado ás sete horas, digo ás sete e meia horas da manhã, protestan-do quanto á versão de ter votado no dia anterior [...] Eu, José Bezerra Cavalcanti, escrivão, escrevi. (Ass.) - Manuel Faustino da Silva, Rodrigo de Medeiros Araújo Mello, dr. João Florencio Filho. (Apud, A União, 12 de Março de 1930).

Dessa forma, não seria o suficiente às manifestações públicas que os colegas do coronel Florêncio fizeram questão de manifestar publicamente a favor de seu amigo, tendo em vista que além de ter que enfrentar as acusações por parte do periódico perrepista, este teria que enfrentar a responsabilização pelo episódio em Mogeiro também em juízo. Mesmo com todas as manifestações ao seu favor, este seria incapaz de contrariar a força que o membro dos Velloso Borges tinha e que o inseriu em diversos espaços, principalmente a contar com a influência que sua família sempre teve e que o aproximava dos magistrados que chegavam à comarca de Itabaiana.

Não são poucos os indícios de que as providências tomadas após a consumação do episódio de Mogeiro seriam tratadas conforme a conjuntura política e social da Primeira República, pois aquele chefe político a qual colocou a execução

do plano em prática não chegou nem mesmo a ser chamado para depor, conforme o trecho dos depoimentos citados anteriormente. Demonstrando então que não existiam mais dois lados envolvendo aliancistas e perrepistas conforme ficou em evidência durante o período de campanha, mas sim perrepistas se digladiando entre si para fugir da responsabilidade sobre o ocorrido. Ainda que essa situação tenha servido para demonstrar como o juiz da comarca à época acabava lidando com seus amigos mais próximos, os isentando da responsabilidade sobre suas ações e pegando para si mesmos os seus desafetos e os responsabilizando.

Ou seja, essa aproximação que tinham os magistrados e os cangaceiros junto dos grandes latifundiários da várzea foram um dos pontos de ruptura entre os Velloso Borges durante o período da campanha com João Pessoa, que após o episódio em Mogeiro junto de seu desenrolar essa aproximação ficaria ainda mais explícita. Dessa forma, fica evidente após os procedimentos jurídicos que o líder perrepista de Mogeiro não iria ter muitos problemas, uma vez que por sua aproximação com o juiz da comarca, esse acabou nem mesmo sendo convocado para depor, mesmo com todas às testemunhas que o colocavam como sendo o responsável por colocar em prática a ilegalidade cometida em Mogeiro.

Em virtude desse cenário, essa situação exigiria que o líder paraibano tomasse outras providências mais invasivas, tendo em vista que as medidas cabíveis tomadas até então não surtiram efeitos, tendo em vista a blindagem a qual o membro dos Borges tinham, dentro e fora dos limites territoriais de Mogeiro. E assim foi feito, conforme telegrama de Heráclito Cavalcanti publicado em A União:

[...]O presidente João Pessôa dormiu, antes-hontem, em Itabayana, a 90 kilome-tros desta capital, e de lá pediu um caminhão com forças para Areia e ou-tro para Serraria, municipios onde te-mos maioria, porém dos quaes ainda não tivemos noticias. Na capital ainda se está em apura-ção. Nossos amigos são uns heroes. João Pessoa seguiu para Recife, hon-tem, constando que mandava atacar Mogeiro, onde temos unanimidade. Aguardo noticias que transmitirei. Saudações. (as.) **Heráclito Cavalcanti**. (Apud, A União, 21 de Março de 1930).

Sendo assim, o episódio de Mogeiro acabou despertando a atenção da situação estadual tendo em vista as ações comandadas pelos perrepistas locais que já seguiam desde o período de campanha quando as coisas começaram a se intensificar. De certo modo, estes se apoiavam na influência que tinham sobre seu

reduto e que da mesma forma estavam distantes de serem responsabilizados pela ilegalidade cometida naquele mesmo lugar.

Ainda que essa influência tenha se instaurado em virtude do contexto político da época onde os coronéis eram o fator central nas relações estabelecidas na Primeira República, relações essas que eram tecidas ao nível da Paraíba, mas também ao nível de Brasil, que em 1930, este fator central começa a sentir as mudanças a qual iam de encontro aos seus princípios, sendo o caso de Mogeiro o retrato desse momento de rupturas que marcaram o mesmo ano. Desse modo, cabe aqui ainda frisar a importância para surgirem novas pesquisas para além desta sobre a política do município durante as primeiras décadas do século XX, tendo em vista as poucas existentes sobre esse período e também para se ter uma visão mais ampla dos aspectos que eram presentes na sociedade da época.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme fica evidente nas obras consultadas para a realização do trabalho, o contexto social e político a qual estava imersa a política brasileira durante o período da Primeira República dava margem para que práticas como as fraudes eleitorais se fizessem presentes durante os pleitos, principalmente nas pequenas cidades e distritos onde tal prática vinha acompanhado ainda de elementos como a violência, momento onde todas as decisões e instituições estavam vinculadas à influência dos coronéis que no pleito de 1930, tais aspectos estiveram mais evidentes e recorrentes.

Ainda durante o processo de construção do trabalho, isso com a estruturação dos capítulos e a utilização de autores que se debruçam sobre a temática da República Velha, fica em evidência a importância da mesma tendo em vista a quantidade de contribuições para a mesma, quando se delimita a História de Mogéiro, as contribuições neste sentido se tornam mais limitadas, principalmente neste mesmo período, uma vez que há uma escassez de elementos característicos mais locais sobre sua história política idem, outras cidades de menor porte.

Ainda assim, essa abordagem mais aprofundada sobre a temática nos permitiu traçar aspectos de diversas naturezas que se faziam presentes na Primeira República, tanto ao nível de Brasil quanto da Paraíba, dentre os quais, cabe o destaque ao social e político, este último trazido para uma delimitação mais local uma vez estudada a atuação dos coronéis sobre a população.

Desse modo, fica perceptível que o período de transição do século XIX para o XX se torna um terreno fértil para os conflitos que se tornaram tão rotineiras na Primeira República, sendo um dos fatores-chave o capitalismo que estava em ebulição, da mesma forma que os problemas da sociedade à época estavam ganhando evidência, tendo um setor da mesma, buscado mudanças.

Mesmo que esse mesmo olhar atento ainda traga os modos de opressão e outros vícios tão característicos do período em estudo, uma vez que estes atendiam às demandas daqueles que estavam no topo da pirâmide econômica e também a política, lê-se aqui em sua maioria, os coronéis, e na base estava a sociedade comum como todo.

Além disso, os coronéis também encontravam apoio para praticar seus atos nos juízes da época, que estavam quase sempre a favor dos mesmos. Uma vez que na maioria das vezes ambos se apoiavam para manter a estrutura de dominação sobre o povo é manter suas regalias. Esses juízes acabavam se aproximando de famílias influentes na sua comarca de atuação, então dessa forma ambos estariam se blindando de possíveis represálias tanto de inimigos, quanto da sociedade comum.

Sendo assim, o caso de Mogeiro se insere nesse cenário de conflitos políticos que marcaram o período da Primeira República, uma vez que o coronel Manoel Borges que tinha liderança na localidade, decide ir em, desconforto a situação estadual em apoiar a chapa de Julio Prestes no pleito de 1930, resultando então em consequências para o mesmo, que eram naturalmente atribuídas a quem resolvesse fazer oposição à época.

Além de que, Mogeiro assim como outras cidades brasileiras estavam imersas nessas práticas que eram recorrentes em períodos eleitorais, pois em ambas as situações tínhamos a predominância dos coronéis onde os mesmos tinham como práticas as fraudes, a violência e outras em decorrência de seus interesses. Sendo que naquele ano de 1930, o pleito em Mogeiro foi ainda mais conturbado em decorrência das movimentações e alianças políticas estabelecidas, onde tínhamos João Pessoa na chapa aliancista em oposição a paulista, sendo que a liderança local acompanhou a oposição perrepista no estado em favor da chapa paulista uma vez que o líder paraibano em seu governo adotou medidas que afetava os perrepistas, estes em sua maioria coronéis do interior.

Seguindo essa linha, a construção deste trabalho surge no sentido de destacar os diversos aspectos que levaram para que o coronel Manoel Borges resolvesse fazer oposição a situação estadual, levando a medidas que acabaram resultando naquilo que ficou conhecido como o caso de Mogeiro, transformando então esse episódio em um trabalho de monografia pela sua extensão. O desejo é de que o objetivo geral e os objetivos específicos propostos para a estruturas da mesma tenham tido êxito.

Uma vez que, entendemos que a construção de um trabalho sobre a temática, trazendo novas fontes, abre um leque de possibilidades para pesquisas futuras, tendo em vista que a historiografia local sobre as primeiras décadas do século XX sofre limitações. Em um primeiro momento, foram feitas consultas a autores que

discorrem sobre a temática da Primeira República, a limitação nesse caso seria sobre os aspectos locais de Mogeiro, e em um segundo momento, nos valem de consultas em jornais que deram ênfase ao episódio na mesma cidade.

Partindo disso, teremos então a possibilidade de construção de novos trabalhos considerando o episódio de Mogeiro como uma retaliação às medidas reformadoras de João Pessoa, uma vez que até então as poucas produções a respeito tratam o mesmo como sendo um fato isolado, limitado às divergências locais.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **João Pessoa, o reformador**. João Pessoa: Idéia, 2005.
- CARREGOSA, Antonio Santana. **O mandonismo local e a política no sertão da Bahia** : o caso do município de Paripiranga. 2015. 254 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.
- COSTA, L. F. da. **A mitificação de João Pessoa e a república dos coronéis**. 2007. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)- Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014.
- CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis de seus programas**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2a edição, 1985.
- DUARTE, Emmy Lyra. **Questão agrária e movimento sindical: as mulheres trabalhadoras rurais no município de Alagoa Grande-PB**. Monografia de graduação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.
- FAUSTO, Boris. **Transformações econômicas e sociais e revolução de 30 no Brasil**. IN: João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30: exposições e debates / do II SPCB. João Pessoa: Editora A União, 1979. p.121-159.
- FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. **História: História da Paraíba, manual do professor**. Volume único. João Pessoa, editora Grafset 2011.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Positivo, 2010.
- FERREIRA, Lucia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria e da seca: o caso da Paraíba**. 1a edição. João Pessoa, UFPB, 1993.
- GOMES, Jordan Queiroz. **A família Pessôa, o prestígio e a tradição: encenações e práticas oligárquicas na Paraíba (1889-1942)**. 458f. 2018. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- GUIMARAES, Manoel Luiz Lima Salgado; SA, Paulo Sergio Moraes de; MOURA ESTEVAO, Sílvia Ninita de; DA ASCENÇÃO, Vera Lucia. **A Revolução de 30: textose documentos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1994.
- IBGE: **Panorama da cidade de Mogeiro**. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/mogeiro/panorama>. Acesso em: 07 set. 2022.
- JOFFILY, José. **Revolta e Revolução: cinquenta anos depois**. Editora: Paz e Terra, 1979.

JORNAL A UNIÃO. Cidade da Parahyba, 1930. Arquivo Digital — A União.

JORNAL A PROVINCIA. Cidade de Recife, 1906. Biblioteca Digital Nacional — Fundação Biblioteca Nacional.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Cidade do Recife, 1930. Biblioteca Digital Nacional — Fundação Biblioteca Nacional.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIRA, Manoel da Silva. **Resumo Histórico de Mogeiro**. Recife, Recife Gráfica Editora, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Editora Vozes, 1981.

MELO, Fernando. **João Pessoa – Uma biografia**. 3 ed. João Pessoa: Idéia, 2003.

MELLO, Jose Octavio de Arruda. **A Paraíba e a Década de Vinte**. IN: João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30: exposições e debates / do II SPCB. João Pessoa: Editora A União, 1979. p.163-214.

MELLO, Jose Octavio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistências**. 2a ed. - João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1995.

MONTEIRO, Frederico Mindêllo Carneiro. **Um magistrado na política: o desembargador Heráclito Cavalcanti Carneiro Monteiro e os políticos do seu tempo, 1894/1935**. Rio de Janeiro : Sintra Gráf. e Ed., 1985.

MOREIRA PINTO, Mônica Cristina. A Revolução de 1930 - Vitória Banhada em Sangue. **Revista Persona**, Argentina, n.2, 2001. Disponível em: <www.revistapersona.ar> Acesso: 09/10/2022.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 41 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REGO, José Lins do. **Meus Verdes Anos**. Apresentação de Fábio Lucas. Editora José Olympio LTDA 9 ed., Rio de Janeiro, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. Da cancela à Confeitaria Glória: os meandros de uma tragédia. In: SANTOS, João Marcos L. RODRIGUES, Cláudio José Lopes. RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. MELLO, José Octávio de Arruda. (orgs.). **1930: a revolução que mudou a história do Brasil**. Editora: Eduerp, 2007.

SANTOS, R. L. Laços de sangue, posicionamentos opostos: considerações sobre as trajetórias dos irmãos Heráclito e Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro (Paraíba e Rio Grande do Sul, primeiras décadas do século XX). **Dimensões - Revista de História da UFES**, v. 1, p. 179-210, 2020.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado: a interventoria de Anthonor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. Dissertação (Mestrado em História), João Pessoa: UFPB, 2007.

SOUZA, Maria do Carmo Campelho. **O processo político-partidário na Primeira República**. 7a edição. São Paulo, Editora Difiel. 1976.

_____. **Pedra Bonita**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.